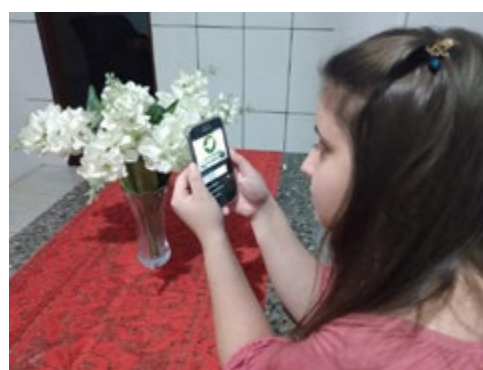


## Defensoria de Minas estabelece rede de atendimento remoto e promove esforço de reestruturação em tecnologia



Para ampliar as formas de atendimento remoto à população e manter a produtividade durante as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, a Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu uma reestruturação nos sistemas de tecnologia e comunicação.

Na prática, a interação entre serviços e microsserviços permitiu mais facilidades no acesso dos cidadãos à Instituição, sem sair de casa, garantindo atendimento e assistência jurídica gratuita nas mais diversas áreas em casos de urgência e em que os assistidos não podem esperar.

Desde a implantação do atendimento remoto em 18 de março, todo o efetivo de defensoras e defensores públicos atua simultaneamente fazendo uso de tecnologias como videochamadas, whatsapp, e-mail, telefone, podcast com interatividade com os assistidos e outros.

Até 31 de maio foram cerca de 300 mil atividades jurídicas, obtendo vitórias importantes em todo o estado. Além disso, a DPMG está presente em comitês municipais de enfrentamento da pandemia e também atua emitindo recomendações para órgãos públicos e setores privados.

PÁGINAS 28 e 35

## Gério Patrocínio Soares é eleito para segundo mandato como defensor público-geral de Minas Gerais

*Eleito no dia 29 de maio pelos membros da DPMG para o biênio 2020/2022, Gério Patrocínio Soares recebeu 520 votos, o equivalente a 85% dos votos válidos*

PÁGINA 3

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- |                                     |                   |                                       |               |
|-------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|---------------|
| > <u>Mundo oficial</u>              | PÁGINAS 3-5       | > <u>Escola Superior/Capacitações</u> | PÁGINAS 16-23 |
| > <u>Parcerias</u>                  | PÁGINAS 5-7       | > <u>Inspirando novas atitudes</u>    | PÁGINAS 24-26 |
| > <u>Agenda externa</u>             | PÁG. 7-12 e 49-52 | > <u>Ações em destaque</u>            | PÁGINAS 27-48 |
| > <u>Conquistas</u>                 | PÁGINAS 13-14     | > <u>Homenagens</u>                   | PÁGINA 53     |
| > <u>Dia Nacional da Defensoria</u> | PÁGINAS 14-15     | > <u>Comunicados internos</u>         | PÁGINAS 54-56 |



## EDITORIAL

### O papel fundamental da Defensoria no enfrentamento da Covid-19

*A publicação desta edição do Boletim Informativo ocorre em um momento excepcional para o Brasil e o mundo e que impõe mais um grande desafio para a Defensoria Pública. Vivemos as consequências da pandemia de Covid-19 que, embora atinjam todos nós, não afetam a todos da mesma maneira.*

*Populações de maior vulnerabilidade, como idosos, pessoas em situação de rua, mulheres em situação de violência, pessoas privadas de liberdade e cidadãos com necessidades de saúde e hipossuficientes – nossos potenciais assistidos, entre outros grupos –, mais uma vez, são os mais frágeis diante da situação.*

*É em momentos como este, em que a garantia dos direitos dos mais vulneráveis torna-se ainda mais indispensável, em crises como esta que a Defensoria Pública torna-se ainda mais necessária para a população.*

*Na Defensoria Pública de Minas Gerais, empreendemos máximos esforços para nos adaptar à nova realidade, com o uso de tecnologias e novas formas de acolhimento. Aceleramos o projeto Fala Defensoria, implantamos o atendimento por tela (videochamada), por telefone, e-mail e WhatsApp, o que possibilitou a continuidade do nosso atendimento aos assistidos.*

*Os números são expressivos e demonstram o resultado do esforço institucional e de cada defensora e defensor público em atuação em Minas Gerais. Realizamos cerca de 300 mil atividades jurídicas desde 18 de março, quando se iniciou o trabalho em regime especial de atendimento. Apenas na área de Família em Belo Horizonte, foram feitos mais de 3 mil atendimentos desde 2 de abril, data em que começou o atendimento extraordinário das questões urgentes.*

*Ao mesmo tempo, a atuação em âmbito coletivo, na construção de soluções de forma extrajudicial e judicial, tem garantido a preservação de direitos difusos dos cidadãos em todo o estado. Destacam-se recomendações emitidas para órgãos públicos e setores privados, como as que garantem a manutenção da alimentação escolar para estudantes, fornecimento de energia e água mesmo em caso de inadimplência, fornecimento de medicamentos, atendimento adequado de planos de saúde e na rede do SUS, gratuidade para idosos no transporte coletivo e muitas outras.*

*Registram-se também êxito em ações judiciais que resultaram em vitórias importantes para assistidos em todo o estado, além da participação da DPMG nas reuniões ampliadas do Comitê Extraordinário da Covid-19 do Governo do Estado, do qual fazem parte o governador e todo o secretariado. Também atuamos em comitês municipais de enfrentamento da pandemia.*

*Abrangendo o trabalho realizado pela Defensoria mineira nos meses de janeiro a maio, esta publicação traz o registro de importantes momentos para nossa Instituição, como a posse do defensor público Galeno Gomes Siqueira no cargo de corregedor-geral; e a reeleição para o segundo mandato do defensor público-geral Gério Patrocínio Soares.*

*Acompanhe nesta edição ainda as notícias relacionadas ao Dia Nacional da Defensoria Pública, ao novo portal da DPMG e às recentes conquistas legislativas, entre outras.*

*Finalizo parabenizando e agradecendo às defensoras e defensores públicos, servidores, colaboradores e estagiários da DPMG, pelo trabalho realizado e pela dedicação. Estamos todos nos reinventando para prestar, com a excelência e qualidade que marcam nossa Instituição, a assistência jurídica integral e gratuita em meio a esta crise global sem precedentes. Certamente sairemos fortalecidos deste momento desafiador, assim como o acesso à justiça aos vulneráveis*

MUNDO OFICIAL

## Marina Lage toma posse como subdefensora-geral de Minas

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, deu posse, na tarde do dia 13 de janeiro, à defensora pública Marina Lage Pessoa da Costa no cargo de subdefensora pública-geral de Minas Gerais. Marina ocupava até então o cargo de assessora de Administração Estratégica e Inovação da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Marina Lage substitui Luciana Leão Lara Luce, que ocupava o posto desde o início da atual gestão, em junho de 2018. Gério Patrocínio Soares destacou a capacidade da nova subdefensora-geral e agradeceu a dedicação e competência de Luciana Luce à frente da Subdefensoria-Geral.



*A nova subdefensora-geral Marina Lage assina termo de posse ao lado da Luciana Luce*



“Luciana ocupou com extrema eficiência o cargo, sendo fundamental para os avanços alcançados pela DPMG neste período”, disse. “Marina chega com total capacidade para dar sequência a este trabalho de excelência à frente da Subdefensoria-Geral”, concluiu o defensor-geral.

[Leia comunicado da Subdefensoria-Geral](#)

**Placa de agradecimento** – A defensora pública Luciana Leão Lara Luce foi homenageada na abertura da 1ª Sessão Ordinária 2020 do Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais, no dia 17 de janeiro, pelos serviços prestados à frente da Subdefensoria-Geral.

Luciana Luce recebeu das mãos do defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, uma placa com a frase “O mundo não é o que existe, mas o que acontece”, do escritor moçambicano Mia Couto, e os seguintes dizeres: “Estimada Luciana Leão Lara Luce, para que a Defensoria Pública possa existir precisamos sempre contar com o trabalho de pessoas comprometidas e competentes como você. A equipe da Defensoria-Geral agradece sua dedicação, empenho e excelência frente à Subdefensoria-Geral”.

## Gério Patrocínio Soares é eleito para segundo mandato como defensor público-geral de Minas Gerais

O defensor público Gério Patrocínio Soares foi eleito pelos membros da Defensoria Pública de Minas Gerais para o segundo mandato consecutivo como defensor público-geral do Estado para o biênio 2020/2022.

A eleição para o cargo aconteceu no dia 29/5. A votação foi realizada por meio eletrônico, pelo sistema de votação online, com o suporte da Superintendência de Tecnologia da Informação. Ao todo, 614 defensores participaram da eleição. Gério Patrocínio Soares recebeu 520 votos, o equivalente a 85% dos votos válidos.

Conforme a legislação, o defensor-geral é nomeado pelo governador do Estado, a partir de lista tríplice definida na votação entre os defensores públicos. Neste pleito, no entanto, apenas o defensor Gério Patrocínio Soares candidatou-se ao posto. O DPG eleito será empossado pelo governador Romeu Zema em data ainda a ser definida.

Este será o segundo mandato consecutivo de Gério Patrocínio Soares, que exerceu o cargo de defensor público-geral do Estado de Minas Gerais durante o biênio 2018/2020.

“Quero agradecer essa renovação do voto de confiança de todas as defensoras e defensores públicos na nossa atuação à frente da Defensoria Pública-Geral. Isso nos dá ainda mais responsabilidade para seguirmos trabalhando firme com o objetivo de fazer da Defensoria de Minas uma instituição cada vez mais respeitada não só em nosso estado mas em todo o país, e com excelência no que é o principal: o atendimento aos nossos assistidos”, destacou o defensor público-geral eleito, Gério Patrocínio Soares.

No link abaixo, os destaques dos avanços da Defensoria mineira em sua gestão e o seu perfil profissional.

[Leia matéria na íntegra](#)



## Planejamento e ações da Defensoria Pública em encontro com o governador Romeu Zema

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi recebido pelo governador Romeu Zema, no Palácio Tiradentes, em uma visita institucional no dia 5 de fevereiro.



Governador Romeu Zema recebe o DPG Gério Patrocínio Soares e a subdefensora-geral Marina Lage em seu gabinete

Foto: Imprensa MG

Durante a reunião, o DPG, apresentou ao governador a nova subdefensora pública-geral de Minas Gerais, defensora pública Marina Lage Pessoa da Costa, empossada no cargo em 13 de janeiro.

Os representantes da DPMG relataram iniciativas de gestão aplicadas e detalharam projetos estratégicos, cujo objetivo é tornar a Defensoria Pública de Minas Gerais na melhor do país, servindo de referência no atendimento ao assistido e em práticas administrativas. Medidas voltadas para a otimização dos recursos, da estrutura e para a potencialização dos serviços oferecidos foram pontuadas. Ressaltaram também que a maioria dos projetos da Instituição é voltada para a educação em direitos, para o fomento da composição extrajudicial ou, ainda, têm impacto social.

### Visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça

O defensor-geral, Gério Patrocínio Soares, também fez visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias de Moraes. O encontro aconteceu no dia 4 de fevereiro, no Gabinete da Presidência.

Durante a reunião, o DPG apresentou ao presidente a nova subdefensora pública-geral de Minas Gerais, defensora pública Marina Lage Pessoa da Costa.



### Defensoria Pública mineira recebe visita do presidente da ALMG

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado estadual Agostinho Patrus, fez uma visita institucional à Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no dia 28 de janeiro. O parlamentar foi recebido pelo defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, pela subdefensora pública-geral, Marina Lage Pessoa da Costa, assessores do Gabinete e coordenadores.

Acompanhado pelos defensores públicos, Agostinho Patrus conheceu algumas instalações da Sede I da DPMG em Belo Horizonte, passando pelo Setor de Atendimento, onde verificou a dinâmica de acolhimento aos assistidos e o salão de espera, local em que são realizadas algumas das ações de educação em direitos da Instituição. O deputado percorreu ainda andares do edifício e passou por algumas Defensorias Especializadas.

Na sequência, em reunião no Gabinete, o DPG, a subdefensora e assessores apresentaram para o presidente da ALMG o portfólio de serviços da Defensoria Pública, material institucional que traz uma compilação de números, projetos e atuações da Instituição.



## Galeno Gomes Siqueira é empossado corregedor-geral da DPMG



Novo corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, e a presidente do Conselho Superior e defensora pública-geral em exercício, Marina Lage Pessoa da Costa, assinam o Livro de Posse

O novo corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) tomou posse no dia 27 de abril, durante a 4ª sessão extraordinária de 2020 do Conselho Superior da Instituição. Galeno Gomes Siqueira foi empossado para o cargo no biênio 2020-2022, sucedendo ao defensor público Flávio Nelson Dabes Leão, que dirigiu o órgão desde 2018.

A sessão do CS em que foi realizada a cerimônia de posse e entrada em exercício aconteceu por meio de videoconferência, em acordo com as recomendações das autoridades sanitárias e normativas internas decorrentes da pandemia de Covid-19.

[Leia matéria na íntegra](#)

### PARCERIAS

## Solução extrajudicial de conflitos em contratos habitacionais

A Defensoria Pública de Minas Gerais e a Companhia de Habitação do Estado (Cohab) assinaram, no dia 6 de março, Termo de Cooperação Técnica (TCT) com o objetivo de promover a solução extrajudicial para conflitos envolvendo programas de habitação social.

A intenção do TCT é unir esforços para promover a mediação/conciliação e reduzir o número de ações judiciais em contratos firmados entre a Cohab e mutuários com perfil de potenciais assistidos pela Defensoria.

A Defensoria irá disponibilizar defensoras e defensores públicos, além de servidores especializados, quando necessário, para atendimento aos mutuários, orientação

e encaminhamento de ações sempre que houver mutirão de conciliação promovido pela Cohab.

O documento tem validade de dois anos a partir da publicação do Diário Oficial Minas Gerais.



O TCT foi assinado pelo defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, e pelo presidente da Cohab Minas, Bruno Oliveira Alencar

## Encontro reforça parceria com Ouvidoria-Geral de Minas

Em reunião na Cidade Administrativa no dia 11 de março, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, e a ouvidora-geral do Estado, Simone Deoud, reforçaram a parceria firmada entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Ouvidoria-Geral do Estado (OGE-MG), por meio do Termo de Cooperação Técnica.



Participaram também do encontro a subdefensora pública-geral Marina Lage Pessoa, a defensora pública e chefe de Gabinete da DPMG, Raquel da Costa Dias, a ouvidora-adjunta geral Kathleen Garcia e o chefe de Gabinete da OGE/MG, Evandro Neiva.

O objetivo do trabalho conjunto e institucional entre DPMG e OGE-MG é promover a articulação, integração e o intercâmbio entre as partes para que medidas sejam adotadas visando à melhoria dos serviços públicos prestados. Entre as ações estão inspeções em unidades prisionais, realização de seminário e capacitações integradas, além da participação no projeto Ouvidoria Móvel, que atualmente conta com o ônibus itinerante para percorrer Belo Horizonte, Região Metropolitana e municípios do estado para atendimento presencial à população mineira.

Com informações da OGE/MG



## Defensor-geral de Minas Gerais assina portaria conjunta que define processo eletrônico para prisões em flagrante

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, assinou a portaria conjunta nº 17, que implanta o Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Central de Recepção de Flagrantes da Comarca de Belo Horizonte (Ceflag), apenas para a Comunicação de Prisão em Flagrante Delito (CPFD), originária da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). A formalização aconteceu no dia 10 de fevereiro, no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Além do defensor-geral, assinaram o documento o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias

de Moraes; o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca; o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet; e substituindo o chefe da Polícia Civil, Wagner Pinto de Souza, a chefe de gabinete da Polícia Civil, Irene Franco.

Estavam presentes também a coordenadora do programa Novos Rumos, desembargadora Márcia Milanez; o juiz auxiliar da presidência do TJMG, Luiz Carlos Rezend e Santos; e o coordenador regional da área Criminal da Capital da DPMG, defensor público Fernando Luis Camargos Araujo; entre outras autoridades.



## Convênio para o voto de presos provisórios e adolescentes internados nas eleições de 2020

*Ato visa dar efetividade a um direito constitucional para os presos provisórios e adolescentes internados*

A Defensoria Pública de Minas Gerais é uma das instituições do Estado que assinaram termo de cooperação técnica (TCT) para viabilizar, nas eleições deste ano, o direito de voto dos presos provisórios e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em situação de internação provisória, nos municípios onde for tecnicamente viável. O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, foi um dos signatários do TCT.

A formalização aconteceu no dia 11 de março, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Além da Defensoria Pública e do TRE, assinaram o documento as seguintes instituições estaduais: Tribunal de Justiça, Procuradoria Regional Eleitoral, Ministério Público, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

A reunião foi coordenada pelo desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG. Ele destacou que “o ato tem um simbolismo importante, com a união de entidades tão sérias em prol da democracia”.

O voto de presos provisórios e adolescentes internados em unidades socioeducativas é uma garantia prevista no artigo 15, inciso III, da Constituição da República de 1988, levada em conta a não suspensão de seus direitos políticos.

Para o pleito eleitoral de 2020, a matéria é regulamentada pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral – TSE nº 23.611/2019, e disciplina sobre a instalação das seções eleitorais especiais, a fim de possibilitar o exercício do direito do voto a esses eleitores.





## AGENDA EXTERNA

### Governo do Estado faz balanço das ações em Brumadinho e destaca ação extrajudicial da Defensoria

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou, no dia 20 de janeiro, de entrevista concedida pelo governador Romeu Zema à imprensa sobre o balanço das ações do Estado em Brumadinho. A tragédia provocada pelo rompimento da mina do Feijão, da mineradora Vale, completou um ano no dia 25 de janeiro. Também esteve presente o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet.

O evento aconteceu no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa, e contou ainda com a participação de secretários de Estado e representantes das forças de segurança.

Zema pontuou as principais ações dos órgãos de Governo, enalteceu a união entre as instituições públicas em favor dos atingidos e aproveitou para agradecer o trabalho da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), que prontamente iniciou o atendimento às vítimas do

desastre e viabilizou o acordo extrajudicial para pagamento de indenizações de forma célere e dentro dos parâmetros internacionais.

Segundo o governador, este atendimento individual aos atingidos tem sido fundamental. “A Defensoria tem feito ótimo trabalho, assistindo às vítimas, que muitas vezes ficam esperando caso venham seguir os procedimentos normais da Justiça. E o Gério, da Defensoria Pública, agilizou bastante isso e também faz parte desse processo”, disse Romeu Zema.

“Levamos em consideração tudo o que ouvimos da população desde o primeiro dia, especialmente as pessoas mais simples, que precisavam de uma solução para retomar a vida de forma rápida. Construímos mais uma porta de acesso aos direitos sem prejuízo a ganhos em ações futuras”, disse o defensor-geral Gério Patrocínio Soares.

**Veja a atuação da DPMG em Brumadinho na pág. 36**



### Homenagem da ALMG às vítimas

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na homenagem à memória das vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho promovida pela Assembleia Pública de Minas Gerais (ALMG), no dia 23 de janeiro.

Marcada pela emoção, a cerimônia aconteceu na Praça da Assembleia, em Belo Horizonte, onde foram afixadas fotos de todas as pessoas que morreram no desastre e acendidas velas.

Além dos familiares das vítimas, também participaram parlamentares, autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário, representantes das Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Ministério Público.

**Monumento** – Logo após os pronunciamentos, foi inaugurada uma placa de aço que tem gravados os nomes de todos os atingidos. A obra traz o contexto do acontecimento e um trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade, Lira Itabirana: “Quantas toneladas exportamos de ferro? Quantas lágrimas disfarçamos sem berro?”. Também foi executado o toque de silêncio por um integrante da PMMG.



## AGENDA EXTERNA

# Mais homenagens em Brumadinho

*No dia em que se completou um ano da tragédia do rompimento da barragem, cerimônia marcou o lançamento da pedra fundamental do Memorial às Vítimas*

A Defensoria Pública de Minas Gerais participou, no dia 25 de janeiro, em Brumadinho, do lançamento da pedra fundamental do Memorial às Vítimas do Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão.

A cerimônia, realizada pelo Governo do Estado, em parceria com a prefeitura local e a Associação dos Familiares de Vítimas do Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão Brumadinho (Avabrum), prestou homenagem aos 272 mortos e familiares na data em que se completou um ano da tragédia.

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição e recebeu, ao lado dos defensores públicos Antônio Lopes de Carvalho Filho, Carolina Morishita Mota e Paula de Deus Mendes do Vale, que atuam na sede de Brumadinho, uma placa de agradecimento dos organizadores do evento, com os seguintes dizeres:

***“Os familiares das vítimas fatais do rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, agradecem à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais por todo o apoio recebido nos últimos 365 dias”.***

Participaram também da cerimônia a subdefensora-geral, Marina Lage Pessoa da Costa, e a defensora pública Sara Cordeiro Matoso, que também atua em Brumadinho. A Defensoria Pública de Minas Gerais está presente em Brumadinho desde 25 de janeiro de 2019, dia da tragédia, já tendo realizado mais de 4.400 atendimentos aos atingidos desde então e viabilizado um inédito acordo de reparação extrajudicial.

Também foram homenageados o governador Romeu Zema e os representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais.

Além dos comandantes das Forças de Segurança do Estado, participaram da cerimônia secretários de Estado, deputados estaduais e demais lideranças políticas, representantes de entidades e da comunidade.

## Memorial

O Memorial é resultado de solicitação dos familiares das vítimas, representados pela Avabrum. Os projetos estão em elaboração e serão custeados pela Vale. Tem como proposta ser um espaço de reflexão, contemplação, respeito às vítimas e marco de uma lembrança para que essa tragédia nunca mais se repita.

A representante dos familiares e membro da Avabrum, Kenya Lamounier Paiva, afirmou que o espaço será importante para que a história da tragédia não caia no esquecimento. “Precisamos trazer para este local paz e serenidade. Contaremos todas as histórias de vida com respeito e orgulho. Memorial para dignidade é a forma que temos de homenagear os nossos, ele será um tributo à vida”, afirmou.

*Com informações do Governo do Estado*



Famílias prestaram homenagens às vítimas



Defensores públicos participaram das homenagens



## AGENDA EXTERNA

### Sessão de abertura da 19ª Legislatura do parlamento mineiro

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na Reunião Solene de Plenário realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 3 de fevereiro, para instalação da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. O DPG estava acompanhado pela assessora institucional Diana de Lima Prata Camargos.

A reunião foi aberta com um minuto de silêncio em homenagem às mais de 50 vítimas fatais em todo o estado decorrentes das intensas chuvas que atingiram Minas Gerais durante o mês de janeiro. O pesar pelas mortes, prejuízos e sofrimento causados foi o ponto comum nos pronunciamentos.

Além do defensor-geral do Estado, a solenidade de instalação da Sessão Legislativa contou com as presenças do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Nelson Missias de Moraes; do presidente do Tri-

bunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), conselheiro Mauri Torres; e do secretário-geral da Procuradoria Geral de Justiça, João Medeiros Silva Neto; entre outras autoridades.



### Apresentação de balanço de ações do Governo do Estado

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no evento de balanço das ações de Executivo mineiro no ano de 2019 e apresentação dos projetos e ações do Governo do Estado em 2020 para os municípios mineiros. O encontro aconteceu no dia 4 de fevereiro, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

Também compareceram ao evento a chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e a assessora institucional Diana de Lima Prata Camargos, além de autoridades do Judiciário, Legislativo, Ministério Público, secretários estaduais e representantes de municípios.

Ao lado do presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda, o governador Romeu Zema recebeu 298 prefeitos mineiros de todas as regiões do estado. No encontro, o governador pediu apoio aos prefeitos para realizar mudanças estruturais, que possibilitarão a retomada do crescimento econômico mineiro por meio do ajuste fiscal.

Em seu pronunciamento, o defensor-geral Gério Soares destacou que a união das instituições frente às dificuldades e tragédias que têm acometido o estado e a capacidade técnica do Governo “fazem nos orgulharmos de sermos mineiros”. Salientou também os avanços da Defensoria de Minas, que “está entre as melhores do Brasil”



Acima, autoridades no dispositivo durante a exposição do DPG. À direita, o juiz auxiliar da 3ª vice-presidência do Tribunal de Justiça, José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras; a 3ª vice-presidente do Tribunal, desembargadora Mariangela Meyer Pires Faleiro; a chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e a assessora institucional Diana de Lima Prata Camargos

## AGENDA EXTERNA

### Defensoria Pública endossa criação do TRF-6 em Minas Gerais

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou, no dia 6 de fevereiro, de encontro na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em mais uma das ações que integram o movimento Minas Mais Justiça, que trabalha em prol da criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) em Minas Gerais.

O evento foi presidido pelo presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, com a presença do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, e de autoridades estaduais: governador Romeu Zema; presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias de Moraes; procurador-geral de Justiça do Estado, Antônio Sérgio Tonet; conselheiro-ouvidor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Durval Ângelo; e o deputado federal Fábio Ramalho (MDB-MG).

A instalação do novo TRF em Minas conta com uma proposta em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei Federal 5.919/19, encaminhado pelo próprio presidente do STJ, ministro Dias Toffoli. O deputado federal Fábio Ramalho é o relator do projeto na Câmara dos Deputados. Os representantes dos três poderes mineiros foram unânimes em celebrar a importância da criação da corte no estado.

Em seu pronunciamento, o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares relatou que a Defensoria Pública recebe, diariamente, pessoas humildes e necessitadas que buscam o acesso à Justiça. “E para elas é necessária a agilidade na solução. A criação do TRF-6 é de extrema



Defensor-geral Gério Patrocínio Soares destacou a importância da criação do TRF-6, em encontro do movimento Minas Mais Justiça

importância, pois vai dar celeridade ao atendimento e concessão dos direitos dessa população, em especial”, disse o DPG. “Além disso, o alto número de processos e o longo tempo de espera para o julgamento já expressam, por si só, a necessidade da criação da corte em Minas Gerais”, completou.

Presentes, ainda, a chefe de gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e os assessores institucionais Diana de Lima Prata Camargos e João Paulo Torres Dias.

**TRF-1** – Minas Gerais está sob a jurisdição do TRF-1, que abrange ainda os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins e o Distrito Federal. É o tribunal mais congestionado e com a maior carga de trabalho do país, considerados todos os ramos do Poder Judiciário.

*Com informações da ALMG*

### Lançamento do Plano Estratégico Minas Gerais e Espírito Santo na Fiemg



Lançamento do Plano Estratégico Minas Gerais e Espírito Santo pelos governadores Romeu Zema e Renato Casagrande

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG

O defensor público-geral do estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais no lançamento do Plano Estratégico Minas Gerais e Espírito Santo, que ocorreu no dia 17 de fevereiro, na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em Belo Horizonte. O evento teve as presenças dos governadores Romeu Zema (Minas Gerais) e Renato Casagrande (Espírito Santo).

O Plano foi construído pelos governos estaduais em conjunto com a Fiemg e a Findes (Federação das Indústrias do Espírito Santo) com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e industrial conjunto dos dois estados, com foco em ações de infraestrutura, negócios, desenvolvimento regional e segurança jurídica. Reúne projetos de grande relevância, eleitos por poder público e sociedade civil organizada.

## AGENDA EXTERNA

## Evento marca a retomada da metodologia de Integração da Gestão em Segurança Pública

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição no lançamento da nova metodologia de Integração da Gestão em Segurança Pública (Igesp 2020-2022) realizada em 18 de fevereiro, no Auditório JK, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. Ele estava acompanhado pelo coordenador regional da área Criminal da Capital, defensor público Fernando Luis Camargos Araujo.

A ação – um marco no processo de integração das for-

ças de segurança pública – tem por objetivo a contínua redução dos índices de criminalidade, aumentando, assim, a sensação de segurança da população mineira.

O lançamento, que marcou a abertura de um seminário, teve a participação do governador do estado, Romeu Zema, e de autoridades da área, como o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, general Mario Araujo.

## Programação comemorativa dos 300 anos de Minas Gerais é lançada pela Assembleia Legislativa com participação da DPMG

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) lançou, no dia 10 de março, a programação das ações que vão celebrar, ao longo de 2020, os 300 anos de Minas Gerais. A campanha conta com a participação das instituições públicas mineiras, também presentes no evento. A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi representada pelo defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares. Ele estava acompanhado do assessor institucional João Paulo Torres Dias.

Promover o resgate histórico do estado, prestigiar o interesse público, compreender a realidade e fazer sua transformação são as premissas que vão nortear as celebrações dos 300 anos de Minas Gerais. Integram a programação uma série de eventos, como palestras, publicações, ações itinerantes e sociais, exposições e atividades culturais.

A solenidade aconteceu no Salão Nobre da ALMG, da qual participaram dirigentes das entidades parceiras, deputados e outras lideranças. Integram a campanha, além da Assembleia Legislativa e Defensoria de Minas, o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas do estado, além da Universidade Federal MG, responsável pela curadoria das atividades.

O presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, destacou a importância do trabalho conjunto com as instituições parceiras. Para ele, o tempo é de “transformar desafios em oportunidades”, com vistas à diversificação da matriz econômica de Minas e a redução das desigualdades sociais.

Em seu pronunciamento, o defensor-geral destacou a boa prática política em Minas, com união e diálogo como exemplo para o país. “Dessa forma, vamos construindo um estado cada vez melhor. A Defensoria dá sua importante contribuição para isso. Defensoras e defensores trabalham incansavelmente para atender a população carente em busca da justiça social, solucionando conflitos e, principalmente, promovendo a cultura da paz”, ressaltou o defensor-geral.

Durante a solenidade foram lançados o selo postal, o carimbo comemorativo e a identidade visual dos 300 anos de Minas Gerais. Também foi exibido um vídeo comemorativo que destaca a diversidade do estado, seus artistas das mais diversas vertentes e a convivência harmoniosa entre o erudito e o popular, o queijo e a inovação, o barroco e o moderno.

*Com informações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*

Fotos: Sarah Torres/ALMG



*Durante o evento foram lançados a marca da campanha pelos 300 Anos de Minas Gerais, selo postal e carimbo comemorativo*



## AGENDA EXTERNA

### Solenidade de posse da Associação Mineira do Ministério Público

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou da solenidade de posse da Diretoria, Conselho Deliberativo da Capital e do Interior e Conselho Fiscal da Associação Mineira do Ministério Público

(AMMP) para o biênio 2020-2022. Para a presidência da AMMP tomou posse o promotor de Justiça Enéias Xavier Gomes. A solenidade aconteceu no dia 6 de fevereiro, na sede da Associação.

### Belém recebe 37ª Reunião do Condege

O assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensor público Nikolas Katopodis, representou o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, na 37ª Reunião do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), em Belém. O encontro aconteceu no dia 27 de janeiro, no Espaço São José Liberto, e foi aberto com apresentação do grupo Arraial Pavulagem.

A anfitriã da 37ª Sessão Ordinária, a defensora pública-geral do Pará, Jeniffer de Barros Rodrigues, recepcionou os presentes ao lado do presidente da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Pedro Paulo Coelho; do presidente do Condege, defensor-geral de Pernambuco, José Fabrício Silva de Lima; e do vice-presidente do colegiado, defensor-geral do Rio de Janeiro, Rodrigo Pacheco.

Entre os assuntos destacados na reunião estava a análise de critérios de hipossuficiência financeira dos assistidos para atendimento pela Defensoria Pública, cujo debate envolve as vulnerabilidades jurídicas e as diferenças econômicas. Foi destacada a necessidade de uma recomendação, por meio de uma nota técnica, para fixação financeira e para respaldo das Defensorias do Brasil.

*Com informações da Ascom DPPA*



No alto, o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Nikolas Katopodis, na reunião do Condege, em Belém

### Reunião por videoconferência

A Defensoria Pública de Minas Gerais também participou da reunião do Condege no dia 1º de abril, desta vez, por videoconferência, uma das tecnologias que as defensorias têm utilizado para continuarem a realizar suas atividades e a primeira da história do colegiado. O assessor Nikolas Katopodis representou o defensor-geral, Gério Patrocínio Soares.

O debate foi conduzido pelo presidente do Condege e defensor público-geral em Pernambuco, José Fabrício Silva de Lima, e versou como tema central a crise do novo coronavírus, em que os participantes compartilharam medidas tomadas pelas Defensorias Públicas do Brasil diante da pandemia do Covid-19.

## CONQUISTAS

## Governador sanciona leis de autoria do defensor público-geral para criação de novos CAD's e recomposição salarial

No dia 14 de março o governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, sancionou as leis 23.607 e 23.608, ambas de iniciativa do defensor público-geral.

A Lei nº 23.607/2020 promoveu alterações na Lei nº 22.790/2017 – que institui as carreiras de Técnico e Analista da Defensoria Pública – criando 28 novos cargos de comissão de direção e assessoramento (CADs) e também duas funções gratificadas estratégicas para atuação na Capital Federal.

*Os assessores institucionais da DPMG, João Paulo Torres Dias e Diana de Lima Prata Camargos, acompanharam a votação dos projetos no plenário da Assembleia*



A Lei nº 23.608/2020 proporcionou a recomposição das perdas inflacionárias para defensores públicos e servidores, estabelecendo a correção de 4,26% nos proventos e subsídios dos defensores públicos ativos e inativos e de 4,3% nos vencimentos dos servidores. Os reajustes se referem a perdas decorrentes da inflação entre 2018 e 2019, conforme previsto em lei.



## DPMG realiza provas orais na 4ª etapa do VIII Concurso Público

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou a 4ª etapa do VIII Concurso Público para Ingresso na Carreira da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. As provas começaram no dia 2 de março e terminaram no sábado, 7 de março.

Nessa etapa, 151 candidatos foram arguidos pela banca examinadora do certame, formada pelos defensores públicos Ana Sofia Rezende Sauma, Frederico Guilherme Dornellas Piclum, Renan Paulo dos Santos da Costa, Daniele Rodrigues de Souza Bernd, Cirilo Augusto Fiuza Saldanha de Vargas, Aylton Rodrigues Magalhães, Roger Vieira Feichas, Leandro Coelho de Carvalho e Fábio Eugênio Vieira; e pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais (OAB/MG), Flávio Boson Gambogi.

Além da banca examinadora, as provas foram acompanhadas pelos membros da comissão organizadora do concurso, formada pelos defensores públicos Gério Patrocínio Soares (defensor público-geral e presidente da comissão), Neusa Guilhermina Lara (secretária-geral da comissão), Karina Rodrigues Maldonado, Glaydson Agostinho Pereira e João Paulo Torres Dias.

A ordem de arguição dos candidatos foi definida por sorteio realizado no dia 18 de fevereiro, em ses-

são pública na sede da Defensoria Pública. Os concorrentes foram orientados a comparecer ao local da prova com uma hora de antecedência para o sorteio dos pontos a serem respondidos oralmente.

Esta foi a primeira vez que uma etapa do certame é realizada nas dependências da Sede I da DPMG em Belo Horizonte. Para tanto, foi isolado um andar no prédio, onde aconteceram as provas. Ao chegarem à Instituição, os candidatos ficaram confinados em local filmado, destinado para este fim, e foram chamados para serem encaminhados às respectivas bancas para arguição, conforme a ordem determinada pelo sorteio.

Todas as provas foram filmadas. Os trabalhos têm o auxílio operacional da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), empresa organizadora do concurso.

No dia 28 de abril, o julgamento dos recursos da prova oral pode ser acompanhado ao vivo pelo canal da DPMG no Youtube.

Encerrada essa fase eliminatória, a próxima etapa, agora classificatória, do VIII concurso consiste na avaliação dos títulos dos candidatos aprovados. O resultado preliminar foi publicado no dia 26 de maio.

## DPMG lança novo portal e reforça serviços à população

A Defensoria Pública de Minas Gerais lançou, no início de maio, seu novo portal de notícias e demais informações institucionais. Entre os principais ganhos proporcionados pela ferramenta estão a otimização dos conteúdos e a integração de vários sistemas, facilitando o acesso da população e usuários internos aos dados e serviços produzidos pela Instituição.

O projeto foi um trabalho de idealização e construção dos profissionais da Assessoria de Comunicação (Ascom), com a colaboração da equipe de Tecnologia da Informação. Decisões sobre sua elaboração contaram com amplo debate interno, com a participação de defensoras e defensores públicos. O portal é acessado no endereço [www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br).

Informação é essencial e direitos são fundamentais. Juntar essas duas pontas em um projeto de design e recursos web contemporâneos foi o ponto de partida que a Ascom adotou para a arquitetura do novo portal, com foco na entrega de informações, conteúdos e serviços ao cidadão de modo fácil, rápido e organizado.

A otimização dos conteúdos, tanto das páginas de notícias quanto das unidades da Defensoria em sites de busca como o Google, foi outra prioridade no projeto.

Cada unidade da Defensoria terá um endereço (URL) próprio, permitindo que, ao usar buscadores, o cidadão encontre rapidamente informações sobre a unidade em uma cidade específica, como horário de funcionamento, cidades que fazem parte da comarca, notícias e eventos relacionados a cada uma delas.

Outra ferramenta que vai facilitar a vida de quem demanda os serviços oferecidos pela DPMG é o canal Agendamento Online, pelo qual é possível selecionar a cidade, Defensoria e serviço desejado e agendar a data e horário do atendimento. O serviço está sendo disponibilizado gradativamente.



O projeto contou com a participação de uma empresa externa, na construção de um código seguro e de qualidade, e da equipe de Tecnologia da Informação da DPMG, na supervisão da codificação e nos melhoramentos de navegação e usabilidade durante o processo de desenvolvimento e na integração de vários sistemas incorporados ao portal, dentre eles as opções oferecidas para atendimento online.

O investimento em soluções de Tecnologia da Informação e de Comunicação está previsto no Planejamento Estratégico da DPMG, bem como no atual Plano Geral de Atuação (PGA 2019/2020). “O novo portal é parte importante do esforço que a Defensoria vem empreendendo para ficar cada vez mais perto dos assistidos, seguir investindo em transparência e prestar serviços de excelência aos cidadãos”, diz o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares.

[Leia matéria na íntegra](#)

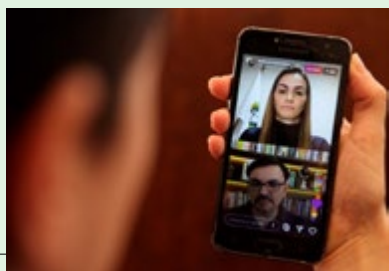
## DIA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

### Defensoria Pública de Minas celebra data nacional com participação do público em *live* de Rossandro Klinjey



*Durante o evento virtual, que celebrou o Dia Nacional da Defensoria Pública e teve aproximadamente 1.500 acessos, psicólogo falou sobre cuidado na pandemia e respondeu perguntas*

Fotos: Marcelo Sant'Anna



“Uma intimação da vida a nos reinventar”. Essa foi uma das reflexões da *live* feita pelo escritor e psicólogo clínico Rossandro Klinjey, marcando a comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio. O evento, que chegou a ser acompanhado por aproximadamente 1.500 pessoas, foi transmitido no canal do Instagram da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), – @defensoriamineira – na tarde do dia 19 de maio.

*continua >>*



## DIA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

A capacidade de se reinventar foi mencionada pela defensora pública-geral em exercício, Marina Lage Pessoa da Costa, que participou da transmissão. “Inovamos com diversos recursos tecnológicos, sempre com cuidado para não reforçar a desigualdade, que também pode ser digital”. Marina Lage parabenizou as defensoras e defensores públicos pela data comemorada e pelo trabalho realizado, que “é mais do que uma profissão, e envolve uma missão e uma vocação”.



Ao apresentar o palestrante, a DPG em exercício observou que a pandemia torna todos vulneráveis, e destacou a importância do ouvir e do cuidado na atividade dos defensores. “A Defensoria dá voz ao cidadão vulnerável. Para sermos voz, primeiro é preciso ser escuta, ser acolhimento”, afirmou.

“Ajudando e ajudando-se no isolamento social para que todos saiam bem” foi o tema abordado por Rossandro Klinjey. Ele salientou o papel da Defensoria Pública no equilíbrio da justiça e o do defensor público como agente de transformação social.

O psicólogo respondeu às perguntas enviadas por defensoras e defensores públicos e por uma assistida da Defensoria de Minas, abordando orientações para mulheres que estão vivendo situação de violência, mudanças nas relações familiares decorrentes da pandemia e cuidado com a saúde mental em período de isolamento, entre outras questões.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Projeções e painéis prestam homenagens à DPMG no Dia Nacional da Defensoria Pública

Projeções exibidas em fachadas de edifícios em Belo Horizonte prestaram homenagens à Defensoria Pública de Minas Gerais pelo Dia Nacional da Defensoria.

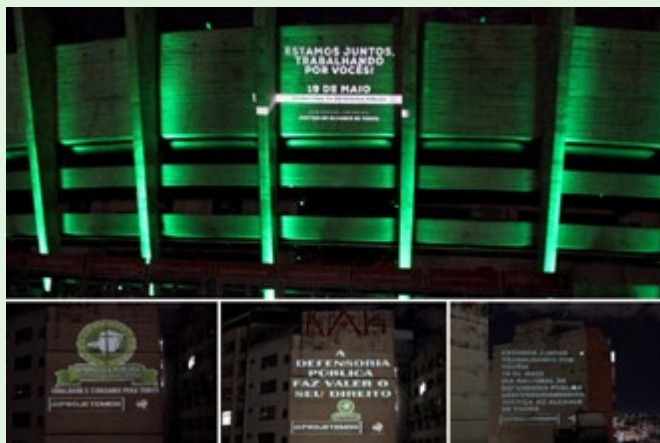
Na noite do dia 18 de maio, as homenagens foram registradas em um prédio nas proximidades da Praça da Estação, no Centro da Capital, e no Mineirão, permanecendo no dia 19, com novas projeções.

A Minas Arena, administradora do Mineirão, maior cartão postal esportivo de Minas Gerais, iluminou o está-

dio em verde (cor da Defensoria Pública) e exibiu frases de incentivo ao trabalho da Instituição. No Centro, a homenagem foi feita pelo coletivo Projetemos, com projeções em um prédio próximo à Praça da Estação.

Além disso, quatro painéis de LED, da BH Mídia OOH, exibiram mensagens durante toda a semana fazendo alusão à data comemorativa em diferentes pontos públicos de Belo Horizonte: avenidas dos Andradas, Amazonas, Barão Homem de Melo e Dom Pedro II.

Fotos: Marcelo Sant’Anna



Fotos: Claudinei Souza



## Defensoria Pública de Minas Gerais debate pacote anticrime e apresenta enunciados sobre a Lei 13.964/2019

Fechando o primeiro ciclo de estudos e debates relacionados ao pacote anticrime (Lei 13.964/2019), no dia 13 de fevereiro, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) apresentou seus enunciados institucionais relativos à nova norma, que entrou em vigor no dia 23 de janeiro, em evento transmitido ao vivo pelo canal do Youtube

Aberto para presença de público externo e transmitido ao vivo no canal da Defensoria no Youtube (c/defensoriamineira), o evento foi promovido pelas Câmaras de Estudos Criminais e Processual Penal e de Execução Penal, com o apoio da Escola Superior da Instituição (Esdep).

Mediadora do debate, a defensora pública Priscila Brito de Melo afirmou que desde o momento em que o pacote anticrime foi aprovado, os defensores públicos estavam monitorando e debatendo sobre o tema, e perceberam que seria importante a participação da Defensoria Pública no direcionamento e nas interpretações da norma. “A Defensoria Pública quer participar ativamente do debate e não ser uma mera expectadora do que será decidido nos tribunais”, disse a defensora.

O pioneirismo da iniciativa foi enfatizado pelo defensor público Flávio Rodrigues Lelles que, juntamente com o defensor Rômulo Luis Veloso de Carvalho, ficou responsável pela apresentação dos enunciados. “A Defensoria Pública como instituição e, particularmente, a de Minas Gerais deu esse pontapé inicial”, continuou o defensor.

Flávio Lelles ponderou, ainda, a necessidade de continuidade do debate sobre o pacote: “precisamos vol-

tar a discutir os enunciados que já foram elaborados e, também, pensar sobre pontos que não estão nos enunciados, não porque não apresentamos propostas sobre eles, mas sim porque ainda não alcançamos entendimento para aprovação”.

O defensor público Rômulo Luis Veloso observou que “talvez, desde 1984, não tenha acontecido uma reforma tão profunda que alterasse de forma tão verticalizada nossa prática. Apenas a mudança de toda a sistemática de medida cautelar de prisão preventiva que o pacote anticrime trouxe já transforma a nossa atuação”.

Rômulo Veloso destacou que muitas das transformações não estão claras no texto legislativo e estão permeadas de interpretações que terão que ser feitas de uma maneira sistemática.

A dinâmica da apresentação dos enunciados institucionais passou pela ponderação sobre como o novo dispositivo convive com outros existentes no código e suas implicações. Também foram abordadas narrativas desenvolvidas pelos defensores públicos mineiros que podem ter maior potencialidade transformadora.

*continua*



No alto, a coordenadora da Esdep Eden Mattar (ao centro), que abriu o encontro, representando o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, e os defensores Rômulo Luis Veloso, Priscila Brito e Flávio Lelles

## ESCOLA SUPERIOR: PACOTE ANTICRIME

**Abertura de consulta pública e definição de cronograma**

Os enunciados apresentados durante o primeiro ciclo de estudos e debates relacionados ao pacote anticrime (Lei 13.964/2019) foram resultado de encontros e de consulta aberta a defensoras e defensores mineiros, promovidos pelas Câmaras de Estudos Criminais e Processual Penal e de Execução Penal da Defensoria Pública de Minas Gerais.

A proposição de enunciados, aberta a todos os membros da classe, foi definida juntamente com cronograma de atividades em encontro realizado no dia 10 de janeiro na sede da DPMG, na capital.

A organização de enunciados, de caráter sugestivo, destinados a harmonizar a assistência jurídica prestada pela DPMG, é uma das atribuições das Câmaras. De acordo com o defensor público Aender Aparecido Braga,

coordenador da Câmara de Estudos Criminais e Processual Penal, o objetivo desse estudo é a interação com os defensores públicos sobre a necessidade de uma atuação institucional no enfoque da nova legislação. “Além de proporcionar a atualização em relação à nova ordem, democratizando a informação e o debate”, completou o defensor público.

[Veja aqui os enunciados elaborados pela DPMG e que têm caráter de orientação para atuação institucional.](#)

**Pacote Anticrime** – Sancionada em 24 de dezembro passado, a Lei 13.964, conhecida também como “Pacote Anticrime”, promove uma reforma na legislação penal e processual penal brasileira, impactando diretamente no trabalho da Defensoria Pública.



## NA MÍDIA

**ConJur publica artigo de defensor público de Minas Gerais sobre o pacote anticrime**

O site "Consultor Jurídico" publicou, no dia 21 de janeiro, na coluna *Tribuna da Defensoria*, artigo de autoria do defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho.

Intitulado “*Defensoria Pública e pacote anticrime: enunciados e primeiras impressões*”, o texto, conforme explica o autor, “indica breves linhas do debate realizado pelas Câmaras de Estudos com atribuição criminal e em execução penal e diversos defensores públicos, para pensar institucionalmente as profundas reformas legislativas que inovaram o ordenamento jurídico com o advento da Lei 13.964/2019 (pacote anticrime)”.

[Clique aqui para ler](#)

**Defensor público de Minas fala sobre pacote anticrime na Rádio Super**

O defensor público Rômulo Carvalho, em atuação participou do programa *Patrulha da Cidade*, na Rádio Super.

Em conversa com o apresentador Laudívio Carvalho, no dia 4 de fevereiro, o defensor público detalhou e comentou as alterações no processo de execução penal, promovidas pela Lei 13.964/2019, também chamada de pacote anticrime, e o que muda na forma de atuação da Defensoria Pública.

[Confira aqui entrevista](#)

**Defensores públicos de Minas falam sobre a implantação do juiz de garantias**

## TV MINAS

O defensor público Rômulo Carvalho, em atuação na área Criminal da Defensoria Pública de Minas Gerais, foi um dos convidados do *Opinião Minas* do dia 15 de janeiro, na TV Minas.

O programa, que vai ao ar ao vivo, entre 9 horas e 9h30, foi comandado pela jornalista e apresentadora Simone Pio, e abordou a implantação do juiz de garantias.

Rômulo Carvalho dividiu a bancada com o advogado Nathan Nunes e falou sobre o que muda com a atuação desta nova figura no sistema judiciário brasileiro.

[Confira aqui o programa na íntegra](#)

## PROGRAMA ALERTA SUPER, DA RÁDIO SUPER

O defensor público Aender Aparecido Braga, que também atua na área Criminal da DPMG, concedeu entrevista à Rádio Super no 12 de fevereiro, no programa *Alerta Super*, apresentado pelo jornalista Ricardo Sapia.

O defensor público falou sobre o que muda com a inclusão do juiz de garantias no processo penal, prevista na Lei Penal 13.964/2019, conhecida como “pacote anticrime”.

[Confira aqui o áudio da entrevista na íntegra](#)



## ESCOLA SUPERIOR: PACOTE ANTICRIME

# Defensoria Pública e Instituto de Ciências Penais iniciam segundo ciclo de debates sobre o Pacote Anticrime

Começou, no dia 11 de março, o “Ciências Penais em Debate”, ciclo de palestras voltadas para a análise das principais alterações implementadas pela Lei nº 13.964/19 (pacote anticrime). A iniciativa, uma parceria da Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Escola Superior, com o Instituto de Ciências Penais (ICP),

tem como objetivo abordar temas relevantes para a sociedade em razão das recentes alterações legislativas.

No primeiro encontro, a defensora pública Andrea Abritta Garzon, da Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Criminal (Desits-Criminal) e conselheira do ICP, abordou as alterações dos códigos Penal e Processual Penal após a entrada em vigor da Lei 13.964/19 no dia 24 de janeiro de 2020.

Além de defensores públicos, servidores e estagiários da DPMG, participaram profissionais e estudantes de Direito.

Estão previstas mais duas edições do “Ciências Penais em Debate” que, foram suspensas em decorrência da pandemia, seguindo orientações dos órgãos de vigilância sanitária.

*Dentre os destaques, a defensora pública Andrea Abritta falou sobre a irretroatividade da lei penal, só podendo retroagir quando beneficiar o acusado, sobre o aumento do limite de pena, legítima defesa, entre outros*



Na mesa de abertura dos trabalhos, o coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos de Araújo; a coordenadora da Esdep-MG, Eden Mattar (na foto, à direita); e a vice-presidente do ICP, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo Gomes

## DEFENSORIA PÚBLICA COMO PORTA DE ENTRADA DO PPCAAM

# Proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes são debatidos em seminário promovido pela Defensoria de Minas Gerais

*Encontro buscou aperfeiçoar a prestação de assistência jurídica gratuita, integral e prioritária na área pela Instituição, que integra o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)*

Defensoras e defensores públicos de Minas Gerais e especialistas reuniram-se na Defensoria Pública mineira (DPMG) no dia 14 de fevereiro, para apresentações e discussões voltadas para a área da Infância e Juventude.

O seminário, que representa mais uma iniciativa de fortalecimento da promoção de direitos para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, foi promovido por meio da Escola Superior da DPMG (Esdep) e pela Câmara de Estudos da Infância e Juventude da Instituição.

Efetivação da Defensoria Pública como porta de entrada do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); apresentação do Pacto Nacional pela Primeira Infância; e discussão sobre os impactos da Lei 13.964/19, conhecida como pacote anticrime, na apuração da prática de ato infracional, foram os temas abordados no seminário.

*continua*

## ESCOLA SUPERIOR: SEMINÁRIO PPCAAM

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte funciona em âmbito nacional desde 2003 e já está instalado em Minas Gerais, que é pioneira na sua execução. A partir do Decreto Federal 9.579/2018, a Defensoria Pública passou a ser uma das quatro portas de entrada para acesso ao sistema, junto com o Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar. Mesmo antes da inclusão da Instituição como porta para execução do PPCAAM, a Defensoria Pública de Minas Gerais já era parceira do programa.

A defensora pública titular da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Ato Infracional e conselheira do PPCAAM, Ana Paula Coutinho Canela e Souza, classificou o evento como “um momento histórico” para a Defensoria de Minas. Ressaltou a importância de a Instituição “abrir mais essa porta para as cidadãs e cidadãos vulneráveis do Estado, sobretudo quando se trata da fase da infância e juventude”.

“A Defensoria é importante porta de entrada, sobretudo por sua natureza e constituição de ser garantido-

ra de direitos e de atender o público que necessita do programa, que tem a característica de não acessar os direitos, o que acaba intensificando e chegando à ameaça de morte”, afirmou Fabiana Carvalho, coordenadora estadual do PPCAM.

Para o coordenador do programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana, Pedro Hartung, é essencial que se tenha políticas públicas, inclusive inclusive judiciais. “É preciso que a Defensoria tenha instrumentos e políticas internas, tais como implantação de núcleos especializados em apoios específicos e defensores públicos preparados para atuarem com estas faixas etárias, que coloquem a criança e o adolescente em primeiro lugar”, observou.

Participaram também como debatedores e expositores do encontro, o diretor de Proteção e Reparação de Direitos Humanos da Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos/Sedese, Daniel Dias e Sarmento; e o defensor público Alexandre Barbosa, da Defensoria Especializada da Infância e da Juventude.

[Leia matéria na íntegra](#)



A partir da esquerda: diretor de Proteção e Reparação de Direitos Humanos, Daniel Dias e Sarmento; coordenadora estadual do PPCAM, Fabiana Santos de Oliveira Carvalho; defensores públicos da Defensoria Especializada da Infância e da Juventude – Ato Infracional e conselheiros do PPCAAM, Alexandre Barbosa e Ana Paula Canela; e coordenador do programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana, Pedro Hartung



Participaram defensores públicos, servidores e estagiários da área de Infância e Juventude



## EDUCAÇÃO EM DIREITOS

### Defensoria Pública mineira inicia Ciclo de Palestras ‘Parentalidade Legal’

Os cuidados com o bebê começam a partir do momento em que a gravidez é confirmada. A forma como uma criança é recebida no momento do nascimento e os primeiros cuidados fazem diferença para o seu desenvolvimento sadio e pleno.

Em mais uma iniciativa de promoção de educação em direitos, em especial de mães e pais, em temas relativos à maternidade, paternidade e o cuidado e educação dos filhos, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG)

recebeu, no dia 19/2, gestantes e acompanhantes para o 1º Encontro do Ciclo de Palestras “Parentalidade Legal”.

Promovido pela Coordenadoria Regional de Famílias e Sucessões da Capital e pela Escola Superior da DPMG (Esdep), o projeto vai abordar, ao longo das edições, temas como violência obstétrica, direitos das gestantes e dos bebês, parto respeitoso, fisiologia do parto, primeiros cuidados e a importância do pré-natal e da amamentação.



*Durante o 1º encontro, a defensora pública que está à frente do projeto, Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, explicou que a intenção do curso é promover a conscientização, sem doutrinação, e conversou com as participantes sobre violência obstétrica. Na sequência, a técnica de enfermagem Maria Carmozita Santana forneceu informações detalhadas sobre cuidados com o recém-nascido.*

### Projeto “Sala de Espera” traz empoderamento e cuidado para as mulheres

Leveza, empoderamento e autoestima marcaram a manhã do dia 5 de março na Sede I da Defensoria Pública de Minas Gerais em Belo Horizonte. Quem passou pela sala de espera do Setor de Atendimento encontrou um ambiente alegre e festivo, com a presença do Quarteto de Cordas da Polícia Militar de Minas Gerais e das alunas do curso profissionalizante de maquiagem do Senac, parceiros na iniciativa.



Quarteto de Cordas da PMMG

A atividade, que abriu a retomada do projeto “Sala de Espera”, de educação em direitos da Defensoria mineira, foi promovida em celebração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), com o objetivo de homenagear as mulheres e levar boas energias para que continuem na luta pela manutenção de direitos já consagrados e pela conquista de outros, tão necessários ainda.

Acompanhado pela filha Ana Laura e pela equipe feminina da Defensoria-Geral – subdefensora-geral, chefe de gabinete, assessoras e coordenadoras –, o defensor-geral, Gério Patrocínio Soares, deu as boas-vindas às pessoas presentes e reafirmou a missão da DPMG.

“Temos o compromisso de levar o Direito a todas as pessoas, e atender as mulheres engrandece nossa Instituição. Nosso objetivo é oferecer um serviço de qualidade e com dignidade para vocês. Somos servidores públicos e estamos aqui para atendê-los”, afirmou Gério Patrocínio.

A defensora pública Eliane Medeiros, gestora do projeto, desejou um “bom dia especial” para as mulheres e lembrou que o Dia Internacional da Mulher não é uma data de comemoração e sim, de luta.

*continua*



## EDUCAÇÃO EM DIREITOS: "SALA DE ESPERA"



“A mulher vive 365 dias por ano lutando contra o preconceito de gênero, o feminicídio e diversos tipos de violência, como doméstica, intrafamiliar, sexual, psicológica e outras mais”, disse defensora.

### Música e autoestima

Na sequência das falas de saudação, o público presente pôde apreciar a bela apresentação musical e aproveitar a maquiagem do Senac.

*Manoela Dias e José Carlos Silva, que vieram à Defensoria para resolver uma questão relacionada à pensão alimentícia, ficaram surpresos pela a forma com que foram recebidos.*

### Violência obstétrica e relatos emocionantes

Toda mulher tem direito a realizar exames de acompanhamento pré-natal, dar à luz com segurança e autonomia, à licença-maternidade e a amamentar o seu filho. O conhecimento das mães em relação a esses direitos é uma arma fundamental para que eles sejam respeitados na prática. No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a DPMG levou o tema para informação e reflexão com seus assistidos.

A atividade, que integra o projeto de educação em direitos da Instituição – “Sala de Espera” –, aconteceu na manhã do dia 10 de março, enquanto os assistidos aguardavam atendimento.

Pesquisas apontam que, no Brasil, uma a cada quatro mulheres sofre violência obstétrica durante o parto. O número pode ser ainda mais alto, já que o problema é normalizado e pouco debatido, e muitas gestantes nem têm conhecimento do desrespeito a que são submetidas. O dado foi fornecido pela defensora pública Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes durante o bate-papo.



*Defensora pública Flávia Marcelle: “conscientização e multiplicação de informações, para combate e prevenção da violência obstétrica”*

### Reflexão sobre o abandono da mulher com câncer

“Até 2030, a incidência de câncer terá aumentado em 50% no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Precisamos falar sobre o câncer”. Com essa informação e esse chamado, Shirley Vieira abriu o bate-papo do Projeto “Sala de Espera” do dia 11 de março.

Shirley Vieira, presidente, diretora e assistente social da casa de acolhimento a pessoas com câncer, Casa do Caminho, conversou com os assistidos sobre a doença e sobre o abandono da mulher portadora de câncer. Ela observou que, geralmente com o diagnóstico, a mulher já desenvolve um preconceito com ela mesma, o que dificulta encarar a doença emocionalmente, gerando uma situação interna de abandono. E o abandono dos companheiros é real: “Das 1.400 mulheres acolhidas pela Casa, de 2019 até o momento, apenas quatro foram acompanhadas ou visitadas por companheiros”. O tempo médio de permanência das mulheres na Casa é de dois anos.

“É um momento de muita vulnerabilidade”, lamentou Shirley.



*O abandono também vem dos filhos, que “ficam frágeis nessas situações, principalmente em caso de doença da mãe”, disse Shirley Vieira*

## ESCOLA SUPERIOR

### DPMG recebe encontro de Escolas Superiores das Defensorias Públicas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) recebeu, no dia 6 de março, o encontro de representantes de Escolas Superiores e Centros de Capacitações de Defensorias Públicas brasileiras. O painel contou, também, com representantes da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG).

O encontro integra a agenda anual de reuniões ordinárias realizadas para discutir projetos em comum e traçar rumos das atuações. Ao final, foi feito o diagnóstico das Esdep's participantes.

Na primeira parte dos trabalhos cada participante apresentou um pouco da realidade da Esdep de seu estado. Na segunda parte do encontro, houve apresentação do trabalho desenvolvido na Escola de Contas do TCEMG, que incluiu informações relativas à modalidade EaD e às atividades elaboradas no Núcleo de Educação a Distância da Escola da Corte mineira.

Estiveram presentes representantes das Escolas Superiores do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, São Paulo, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Roraima e Rio de Janeiro.

### Programa de Formação de Novos Servidores da Escola de Contas de MG

A coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG), Eden Mattar, se reuniu com o coordenador da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Henrique Quites, e as servidoras Mirian Diniz, Mariana Oliveira e Ilva Pinheiro para conhecer o Programa de Formação de Novos Servidores do Tribunal, aplicado em 2019.

O encontro aconteceu no dia 14 de janeiro, na sede do Tribunal de Contas, em Belo Horizonte.

Foto: Thiago Rios Gomes



### Esdep-MG promove encontro para troca de experiências entre a Especializada da Criança e do Adolescente Cível e a Defensoria de Família

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) realizou, no dia 21/5, o encontro “Limites tênues da competência da Família e da Infância Cível”, com a coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (Deinj-Cível), Daniele Bellettato Nesrala.

O objetivo do encontro foi promover a troca de experiências das atribuições de cada uma das áreas, buscando capacitar os participantes para a atuação na Família e na Infância e Juventude Cível. Daniele Bellettato ressaltou que este intercâmbio é importante para qualificar o dire-

cionamento das demandas trazidas à Defensoria Pública e melhor atender ao público.

De acordo com Daniele Bellettato, a Defensoria da Infância e da Juventude tem atribuição residual em relação à atuação da Defensoria de Família, apesar dos limites tênues entre ambas.

O debate foi realizado na plataforma virtual *Teams Microsoft*, e contou com a participação de defensores públicos, servidores, colaboradores e estagiários da Defensoria Pública de Minas Gerais.

### Eventos da Esdep são temporariamente suspensos e serão remarcados

As inscrições para todos os eventos programados pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e pela Escola Superior da DPMG (Esdep-MG) estão temporariamente suspensas em decorrência do risco de contaminação pelo Covid-19. O objetivo da medida é zelar pela saúde dos assistidos, além de

membros e servidores da Instituição, evitando aglomerações de pessoas, como recomendam as autoridades sanitárias.

**Mais informações sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) adotadas pela DPMG na página 28.**

## CAPACITAÇÃO INTERNA

### Defensoria de Minas promove capacitação da equipe de mediadores em Montes Claros e Janaúba

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Montes Claros promoveu um curso de capacitação da equipe de mediadores da unidade entre os dias 16 e 20 de janeiro.

O curso é ministrado pelo defensor público Cláudio Pimenta, coordenador da Regional Norte, em Montes Claros, com atuação na área de Família e Sucessões, e pelas professoras Noelma Rezende Santos e Noêmia Coutinho Pereira Lopes. Participam 14 mediadores, entre estagiários de diversas áreas de graduação e colaboradores voluntários.

O objetivo é promover a constante capacitação dos mediadores para reinício das sessões no ano de 2020.

**Janaúba** – Com o objetivo de se preparar para a instalação do Centro de Conciliação e Mediação, a Unidade da DPMG em Janaúba promoveu capacitação na área no dia 6 de março. O curso foi realizado em parceria com a

Faculdade Funorte, com auxílio da coordenadora do curso de Direito, professora Kátia Gusmão, e em parceria com a psicóloga e professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Marajane de Alencar Loyola.

A atividade contou com a participação dos defensores públicos em atuação na comarca, Claudijane dos Santos Gomes (coordenadora local), João Helton Barbosa e Waldelúcio da Silva Fernandes, além de estagiários da DPMG em Janaúba e alunos da Faculdade Funorte.

O próximo passo será uma aula a ser ministrada pelo coordenador da Regional Norte, defensor público Cláudio Fabiano Pimenta, que também vai compartilhar sua experiência na implantação do Centro em Montes Claros e auxiliar na organização em Janaúba. De acordo com o coordenador da Regional, “os resultados da capacitação foram bastante expressivos e possíveis de serem alcançados devido à parceria com os profissionais envolvidos”.

## ESPECIAL

### Defensoria Pública de Minas investe em métodos autocompositivos

Em Belo Horizonte, o Centro de Conciliação e Mediação da DPMG foi implantado em janeiro de 2016. Atualmente, são feitas mais de 70 sessões de conciliação por semana.

O atendimento é voltado para a área de Família. Casos de alimentos (pensão, revisão e exoneração), guarda, divórcio, partilha de bens, reconhecimento e dissolução de união estável e reconhecimento espontâneo de paternidade e maternidade podem ser resolvidos com facilidade e rapidez no Centro.

Com exceção de situações que envolvam violência contra a mulher ou paradeiro desconhecido de uma das partes, todos os assistidos com demandas na área da Família que chegam à Defensoria na capital passam pela triagem do Centro.

Além de Belo Horizonte, Sete Lagoas, Montes Claros, Matias Barbosa, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo e Vespasiano já contam com Centros de Conciliação e Mediação da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Fazer da atuação extrajudicial a marca da Defensoria Pública de Minas Gerais é uma meta da Instituição. “Queremos que o cidadão tenha a DPMG como referência para solucionar litígios de forma pacífica”, explica a então assessora de Administração Estratégica



*Lucas, Bárbara, Guilherme e Luiz: decisão madura, com o harmônico arranjo familiar costurado e formalizado no Centro de Conciliação e Mediação da Defensoria mineira*

ca e Inovação, Marina Lage Pessoa da Costa. “Tradicionalmente, a atuação judicial impõe entrar com um processo e seguir o tempo de agenda do Judiciário, as datas das audiências e a solução que o juiz der para o caso”, observa. “O que buscamos é que o cidadão encontre na Defensoria de Minas uma solução mais célere e que seja construída com a participação efetiva dele, o que tende a ter mais eficácia”, complementa Marina Lage.

[Leia matéria especial na íntegra](#)



## NA ACADEMIA

### Coordenadora em João Monlevade defende tese de doutorado afeta à Defensoria

A defensora pública Renata Martins de Souza, coordenadora local da DPMG em João Monlevade, defendeu, a tese de doutorado "Da jurisdição constitucional de massas: da necessária expansão dos canais de acesso ao STF a novos atores sociais e a ressignificação da esfera pública jurídica". A apresentação aconteceu no dia no dia 4 de fevereiro, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Ela teve como orientador o professor doutor José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior.

Com o objetivo de apontar caminhos para o aprofundamento da democracia brasileira, a defensora sustenta a possibilidade de inserção da Defensoria Pública no mecanismo de controle abstrato do Supremo Tribunal Federal (STF), visando promover a gradual superação



Defensora pública Renata Martins de Souza e os integrantes da banca

do padrão estrutural de desigualdade no país, que aflige enorme contingente de subcidadãos, excluídos do projeto da sociedade vigente.

### Defensora pública participa de sessão do Alto Comissariado da ONU

A defensora pública Mariana Carvalho de Paula de Lima participou da 35ª Sessão da Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas (ONU), nos dias 22 e 24 de janeiro, acompanhando os trabalhos da revisão da Espanha, na qualidade de ouvinte.

A Revisão Periódica Universal é uma avaliação entre Estados-membros da ONU referente à situação de di-

reitos humanos, com possibilidade de participação das instituições nacionais de direitos humanos, gerando um conjunto de recomendações.

Mariana Lima é defensora pública da área cível da Capital e mestranda em Ciências Jurídico-Políticas, com menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra (Portugal).

## INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

### Defensoras públicas ministram curso sobre violência doméstica na Escola do Judiciário

As defensoras públicas em atuação na Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência (Nudem/BH) da DPMG, Renata Salazar Botelho Guarani, Laurelle Carvalho de Araújo, Maria Cecília Pinto e Samantha Vilarinho, ministraram curso sobre os aspectos conceituais da violência doméstica contra a mulher, na Escola Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro.

O curso foi direcionado para servidores de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da capital mineira.

As defensoras públicas falaram sobre os principais dispositivos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), bem como sua aplicação, abordando a aplicação das medidas protetivas e as consequências de seu descumprimento. O conteúdo foi aplicado também pela especialista em Psicologia Social, mestre e doutora em Análise do Discurso, Cláudia Natividade, e por Jussara Canuto, do Núcleo de Desenvolvimento de Competências Humano-Sociais (Nudhs) da Ejef.



A defensora pública Renata Salazar e a desembargadora Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG, deram boas-vindas aos participantes do curso | Foto: Cecília Pederzo

Os participantes receberam informações sobre a rede de enfrentamento e atendimento à mulher em situação de violência em Minas Gerais, com a finalidade de se orientarem sobre a melhor forma de proceder quando da necessidade de encaminhar as vítimas para atendimento.

Com informações do TJMG

## PUBLICAÇÕES

### Revista 'Memória CULT' veicula artigo de defensor público

A edição nº 27 da revista “Memória CULT” traz um artigo de autoria do defensor público Roger Vieira Feichas, em atuação na Defensoria Pública de Minas Gerais em São Lourenço.

No estudo, o defensor público lança a tese de impossibilidade de extração da água mineral quando inserida no perímetro das estâncias hidrominerais, de forma a se revestir em um bem público de uso especial sem a possibilidade de concessão da extração ao particular.

[Clique aqui para ler](#)



### Revista A&C veicula artigo de defensora pública

Foi publicado, na edição nº 78 da "Revista A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional", o artigo da defensora pública Renata Martins de Souza, em atuação na Defensoria Pública em João Monlevade.

O texto trata da possível responsabilidade civil do Estado no caso do rompimento das barragens de rejeitos 1, 4 e 4A da Mineradora Vale S.A., na Mina do Feijão, no Município de Brumadinho/MG.

[Clique aqui para ler](#)

### Defensoria Pública é tema de artigo de professor de Direito da UFJF/GV

Em artigo publicado na edição desta semana do *Jornal da Cidade*, de Governador Valadares e região, o professor de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (UFJF/GV), Jamir Calili Ribeiro, fala sobre a constituição da Defensoria Pública e o papel da instituição no fortalecimento da cidadania.

[Leia aqui o artigo](#)

[“Defensoria Pública: uma instituição cidadã”](#)

## Defensora pública dá palestra sobre conciliação e mediação na Justiça Federal

A defensora pública de Minas Gerais, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, proferiu, a convite, a palestra “A Conciliação e a Mediação na perspectiva as pessoas vulneráveis, oprimidas e hipossuficientes: experiências da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais”, no Centro Judiciário de Conciliação da Justiça Federal (Cejud), em Belo Horizonte. O evento ocorreu no dia 17 de janeiro e teve como apresentador o juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, da 20ª Vara Cível da Justiça Federal e integrante do Cejud.

Francis Coutinho tem ampla atuação no campo da conciliação e mediação no âmbito da Defensoria Pública de Minas Gerais. Ela é coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc – Paz em Ação) e da Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial. Ela abordou a sua experiência à frente dessas ações e falou sobre a importância de se buscar a solução de conflitos por meio do diálogo e práticas da mediação.



O juiz federal Itelmar Evangelista e a defensora pública Francis Coutinho



## DPMG e Secretaria de Estado de Educação: estratégias para aprimorar o Projeto Mesc

Com o objetivo de debater e aperfeiçoar a parceria entre o Projeto Mesc – Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar – Paz em Ação, desenvolvido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), foi realizada encontro entre os ór-



*Chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, coordenadora do Mesc, defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, e participantes do encontro*

gãos, no dia 12 de março, na sede da DPMG.

Desdobramentos do projeto, formas de melhorias e inclusão de novas propostas da Secretaria de Educação estiveram na pauta do encontro, que aconteceu na Sede I da DPMG em Belo Horizonte.

### Reuniões virtuais definem ações pós-pandemia

A defensora pública Francis Coutinho tem realizado reuniões virtuais com os membros da Coordenadoria de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular, da Secretaria de Estado da Educação, para elaborar o planejamento das atividades pós-pandemia da Covid-19.

Pautados no diálogo colaborativo, os encontros têm como finalidade construir, de forma complementar, o plano de trabalho e a construção da parceria interinstitucional nos novos moldes. Já foram realizadas cinco reuniões para o planejamento das atividades, buscando atender as escolas em que as ações foram paralisadas e aquelas que aguardam o reinício.

## DPMG PARTICIPA

### Encontro com conselheiros tutelares da comarca de Sete Lagoas

A defensora pública Danielle Fróes Soares dos Santos, titular da Defensoria da Infância e Juventude e Execução Penal da DPMG em Sete Lagoas, participou de reunião realizada com os conselheiros tutelares eleitos em 2019, de Sete Lagoas e demais municípios que integram a comarca – Baldim, Jequitibá, Inhaúma, Santana de Pirapama, Cachoeira da Prata, Fortuna de Minas e Funilândia.

Durante o encontro, que aconteceu no dia 24 de janeiro, Danielle Fróes fez uma exposição sobre a Defensoria Pública e como a Instituição e o Conselho Tutelar podem trabalhar juntos em favor da criança e do adolescente.



### Reunião para definir trabalho conjunto durante o Carnaval 2020

Foto: TJMG



O coordenador regional da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo participou, no dia 5 de fevereiro, na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de reunião com os representantes do TJMG, Ministério Público, OAB, Prefeitura de Belo Horizonte, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Belotur e outros órgãos para discutir soluções conjuntas para o Carnaval 2020.

O objetivo do encontro foi alinhar medidas referentes às demandas que surgiriam durante o período, permitindo maior agilidade e eficácia na análise das questões que envolvam o Sistema Judiciário. Além de integrar os diversos órgãos envolvidos na promoção do evento, o intercâmbio possibilitou também delinear soluções alternativas à judicialização.



## DPMG PARTICIPA

**Audiências públicas sobre danos provocados pelas chuvas em Minas Gerais**

O defensor público Frederico de Sousa Saraiva representou a Defensoria Pública de Minas Gerais em audiência pública realizada no dia 6 de fevereiro, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que debateu ações de prevenção, articulação e planejamento de longo prazo para o enfrentamento às enchentes no estado.

A reunião foi coordenada pela Comissão de Assuntos Municipais do Legislativo. Durante a audiência foi discutida a necessidade de uma gestão compartilhada

Foto: Henrique Chendes/ALMG

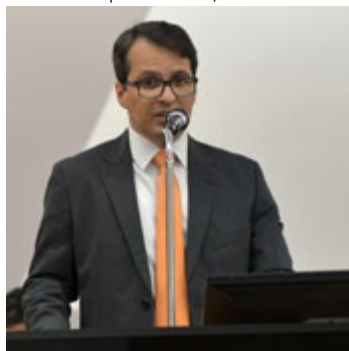


Foto: Guilherme Dardanhan/ALMG



*Defensores públicos Frederico Saraiva (à esq.) e Wilson Hallak Rocha falam em audiências públicas na Assembleia Legislativa*

entre as três esferas de Governo – federal, estadual e municipal –, considerada fundamental na busca de soluções para mitigar os danos provocados pelas fortes chuvas que vêm castigando o estado desde janeiro.

**Ações para enfrentamento**

O assessor institucional da DPMG Wilson Hallak Rocha também participou de audiência pública da Comissão de Segurança Pública da ALMG, convocada para o dia 12 de fevereiro, desta vez para traçar um diagnóstico da situação e levantar ações de enfrentamento às enchentes que castigam o estado desde janeiro.

Segundo a Coordenadoria estadual da Defesa Civil, o período chuvoso em Minas afetou 45 mil pessoas até então, deixando 8 mil desabrigados, 70 mortos e 196 municípios em situação de emergência.

A Defensoria Pública de Minas realizou atendimentos itinerantes em municípios mais castigados pelas chuvas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, levantando as demandas dos atingidos, prestando orientações jurídicas e encaminhando reivindicações.

## AÇÕES EM DESTAQUE: DEFENSORIA ITINERANTE

**Atendimento aos atingidos pelas chuvas em Raposos e Santa Luzia**

No dia 31 de janeiro, uma equipe de defensoras e defensores públicos de Minas Gerais esteve em Raposos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, prestando atendimento às comunidades atingidas pelas chuvas. Além de prestar orientações jurídicas e auxiliar pessoas desabrigadas e desalojadas, os defensores identificaram as principais demandas da população no momento.

Os defensores públicos também se dirigiram a um abrigo no município para auxiliar as pessoas que estão alojadas.

**Santa Luzia** – Defensores públicos também realizaram atendimento a moradores atingidos pelas chuvas em Santa Luzia. A ação aconteceu no dia 6 de fevereiro, no bairro Vila

Iris, um dos mais afetados do município, com 93 pessoas de 35 famílias desabrigadas. Entre as principais demandas apresentadas pelos atingidos estão orientações sobre o aluguel social.

**Recomendação em defesa de famílias removidas de áreas de risco na Capital**

Com o objetivo de garantir o direito de reassentamento das famílias removidas de áreas de risco em Belo Horizonte em decorrência das chuvas de janeiro, a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), expediu, em 29 de janeiro, recomendação ao prefeito de Belo Horizonte e ao presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel).

[Leia matéria na íntegra](#)

**Visita aos atingidos** – Por falta de acomodações em abrigos públicos, o município providenciou vagas em pensões de Belo Horizonte para as famílias desalojadas pelas chuvas. Defensores públicos visitaram os locais e conversaram com os atingidos.



*Em Raposos: necessidade de fornecimento de cestas básicas, questionamentos sobre saque de FGTS e perda de documentos*



## AÇÕES EM DESTAQUE

CORONAVÍRUS/COVID-19

**DPMG atua em regime extraordinário de plantão e estabelece rede de atendimento a casos de urgências e de risco de perda de direitos***Além de manter assistência ao assistido, DPMG propõe medidas cautelares e de proteção aos vulneráveis relacionadas ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus*

Diante da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, e considerando, também, a declaração de pandemia feita pela OMS em 11 de março de 2020 e de informações de autoridades sanitárias que dão conta do agravamento do risco de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), inclusive com contágio comunitário da doença, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) suspendeu temporariamente, a partir de 19 de março, o expediente presencial nas Unidades da Instituição, mantendo em regime de plantão os serviços administrativos e judiciais indispensáveis.

Desde o início da crise, a Defensoria Pública-Geral procurou se antecipar na tomada de decisões, com o objetivo de preservar a saúde de defensores, servidores, colaboradores e estagiários, e também garantir que a Instituição preste o mínimo de serviço à população vulnerável.

Mesmo com a suspensão temporária do expediente presencial, a Defensoria Pública do estado vem tomando uma série de medidas para garantir o atendimento, mesmo que remoto, aos cidadãos mineiros. Defensores públicos estão trabalhando, em regime de plantão, atendendo casos de urgência e de risco de perda de direitos e perigo de dano irreparável à parte. Sempre que possível prioriza o trabalho remoto, com contato por telefone ou meio digital, para reduzir o risco de disseminação do vírus. Nos casos em que os defensores julgam necessário, o atendimento é, excepcionalmente, presencial.

Apesar de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ter suspenso os prazos processuais nos tribunais, a regra não impede a prática de ato processual necessário à preservação de direitos e de natureza urgente, e os defensores públicos de Minas Gerais continuam propondo medidas judiciais quando necessário.

Após a alteração do regime extraordinário de funcionamento pelo Tribunal de Justiça, implementada por meio da Portaria Conjunta nº 956/PR/2020 do TJMG, en-

cerrou-se a atuação na forma de plantão regionalizado, haja vista que todos os juízos do estado estarão em funcionamento mínimo, mantida, em todo caso, a suspensão dos prazos, com tramitação apenas das urgências. Dessa forma, houve necessidade de revisão da situação no âmbito da DPMG, de forma a garantir o regime de atendimento das urgências e a situação de trabalho remoto a que estão submetidos todos os defensores públicos e servidores.

A atuação em áreas especialmente sensíveis, como saúde, criminal, defesa da mulher em situação de violência, infância e cível tem sido intensa. Em comarcas do interior do estado, a DPMG tem tido atuação preventiva. Em paralelo, o corpo de defensores públicos do estado está em contato diariamente por meio de reuniões telepresenciais para que o trabalho da Instituição prossiga da melhor forma, em favor dos assistidos.

**Funcionamento da Defensoria de Minas até 14/6/2020 – Resolução Conjunta nº 005/2020**

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais prorrogou até o dia 14 de junho as medidas de prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19), mantendo a suspensão temporária e excepcional do expediente presencial nas Unidades da DPMG e funcionando em regime extraordinário, para atendimento de demandas urgentes e com risco de perecimento de direitos, realizado por meios de comunicação virtual.

A determinação está regulamentada pela Resolução Conjunta nº 005/2020, que prorroga o prazo de vigência da Resolução Conjunta nº 004/2020. Ambas as normas são assinadas pela defensora pública-geral em exercício e pelo corregedor-geral da Instituição.

[Veja a Resolução Conjunta nº 005/2020](#)

[Leia a Resolução Conjunta nº 004/2020](#)

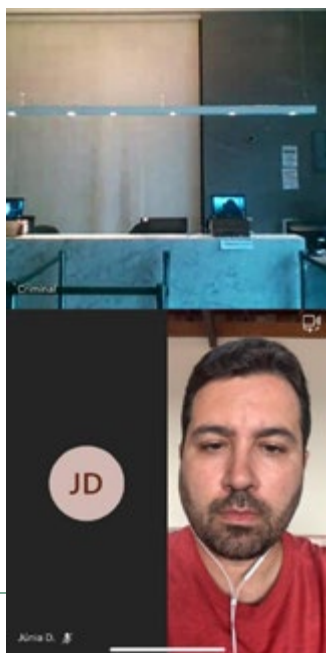
## CORONAVÍRUS/COVID-19

**Corpo de defensores públicos ganha reforço da tecnologia e atua simultaneamente em regime de teletrabalho na Capital e Interior**

Para ampliar as formas de atendimento remoto à população e manter a produtividade durante as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, a Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu uma reestruturação em seus sistemas de Tecnologia da Informação. Na prática, a interação entre serviços e microsserviços permitiu mais facilidades no acesso dos cidadãos à Instituição, sem sair de casa.

O esforço concentrado da equipe de profissionais de Tecnologia da Informação da DPMG e de colaboradores possibilitou que os projetos, que já estavam em andamento, fossem finalizados e viabilizados em tempo mínimo.

Desde que o atendimento remoto foi implantado, todo o efetivo de defensoras e defensores públicos atua simultaneamente fazendo uso de tecnologias como videochamadas, whatsapp, email, telefone, podcast com interatividade com os assistidos e outros, sem prejuízo ao andamento dos trabalhos.



*Coordenador regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo em atendimento remoto*

O “Atendimento Digital” foi implantado na sede I da DPMG em Belo Horizonte e tem possibilitado enorme ganho para os cidadãos que procuram a Instituição neste momento de regime de trabalho remoto por causa do isolamento recomendado pelas autoridades sanitárias.

Hoje, ao chegar à Defensoria, o assistido que tem um caso urgente é orientado para conversar por videoconferência com um atendente, que também está trabalhando remotamente. Se for necessário falar com o defensor, a videoconferência é transferida para ele.

Outros instrumentos foram desenvolvidos e estão sendo implantados nas unidades, como os canais “Agendamento Online” e “Fala Defensoria”. Além disso, o App DPMG, com funcionalidades voltadas para o cidadão e também para o aumento da eficiência interna, está em fase final de testes e será oficialmente lançado nos próximos dias.

“Desenvolvemos as ferramentas digitais para garantir a manutenção da assistência jurídica gratuita aos cidadãos, como é da nossa atribuição. Com isso, podemos atuar em casos de urgência e em que os assistidos não podem esperar, como nas áreas de família, infância, mulheres em situação de violência, na saúde com fornecimento de medicamentos e tratamento, entre muitas outras”, diz o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.

Além disso, a DPMG está presente em comitês municipais de enfrentamento da pandemia de Covid-19 e também atua emitindo recomendações para órgãos públicos e setores privados, como as que garantem a manutenção da alimentação escolar para os alunos, fornecimento de energia e água mesmo em caso de inadimplência, fornecimento de medicamentos, atendimento adequado de planos de saúde e na rede do SUS, gratuidade para idosos no transporte coletivo e muitas outras.

**DPMG supera 300 mil atividades jurídicas em regime de teletrabalho**

*Média é de aproximadamente 6 mil procedimentos por dia. Recursos de tecnologia e comunicação garantem atendimento aos cidadãos*

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou cerca de 300 mil atividades jurídicas entre os dias 19 de março, quando começou o atendimento pelo regime de teletrabalho, até 31 de maio. Considerando os dias úteis no período, a média é de 6 mil procedimentos diários, refletindo a continuidade da prestação de serviço aos cidadãos em todo o estado. Até o dia 6 de maio, foram registradas 105.529 atividades judiciais, 64.722 atividades extrajudiciais, 3.907 mani-

festações processuais e audiências, 3.848 ações no Tribunal de Justiça/2ª instância criminal, 2.670 matérias criminais de urgência, 2.485 ações no Tribunal de Justiça/2ª instância cível, 1.762 ações na área de Direitos Humanos e 608 outros procedimentos, entre assistência jurídica penitenciária, atividades judiciais da Turma Recursal, ações no Juizado Especial Criminal e do Núcleo de Atuação Extrajudicial, totalizando até então, 185.531 atividades jurídicas.



## CORONAVÍRUS/COVID-19

**Projeto “Fala Defensoria” amplia comunicação com assistidos**

A Defensoria Pública de Minas Gerais já disponibilizou 241 celulares institucionais para uso de defensoras e defensores públicos. A iniciativa integra o projeto “Fala Defensoria”, que consiste na utilização da plataforma eletrônica de comunicação instantânea (WhatsApp Business), com o objetivo de modernizar e dar celeridade à comunicação com os assistidos, e também reduzir gastos com os serviços de correios.

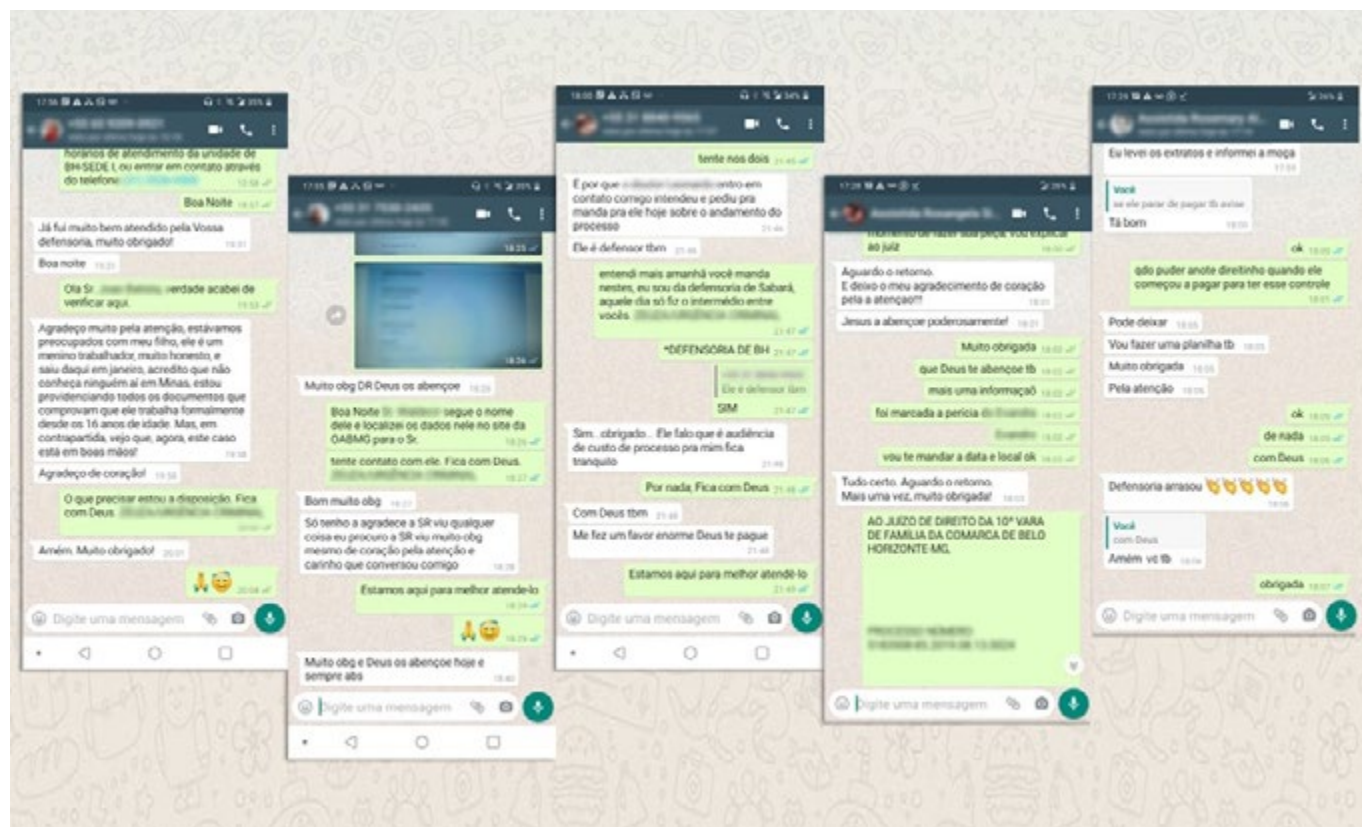
A medida, que começou a ser viabilizada em novembro de 2019, tem sido de grande valia para o regime de teletrabalho adotado pela Instituição desde 18 de março,

devido à pandemia de Covid-19. Ainda está prevista a disponibilização de mais 124 aparelhos para o atendimento de defensores junto aos assistidos.

Com atendimento remoto, a Defensoria de Minas mantém firme atuação em casos urgentes para assegurar os direitos da população e a proteção aos grupos socialmente vulneráveis neste período.

Recursos tecnológicos como o WhatsApp Business têm sido amplamente utilizados, viabilizando e facilitando o atendimento dos assistidos.

[Leia a matéria na íntegra](#)

**Canal de podcasts ‘Fala Defensoria’ oferece educação para a população**

O defensor público Roger Vieira Feichas, em atuação na unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em São Lourenço, criou o canal “Fala Defensoria”, voltado para o público em geral que queira orientações de procedimentos e atendimentos da Defensoria Pública.

No formato de podcasts – arquivo digital de áudio, transmitido via internet – o material é produzido no aplicativo Anchor e disponibilizado nas principais plataformas de distribuição, dentre as quais o Spotify, no

endereço: <https://open.spotify.com/show/1BMwF7zJ-v8KKGKfGAHhcPR?si=sAisQhk9Se-6dCan16Mt4g>.

De acordo com Roger Feichas, a ferramenta foi criada antes mesmo da pandemia da Covid-19 para que o assistido, ao agendar o atendimento, fosse orientado a respeito do processo, documentação necessária, acervo probatório e outras condutas importantes para o andamento da ação.

[Saiba mais sobre o canal](#)

## CORONAVÍRUS/COVID-19

## Vitórias importantes para assistidos em todo o estado

*O atendimento remoto, em regime de teletrabalho, tem alcançado resultados para os assistidos da Defensoria Pública de Minas Gerais em várias comarcas, com a atuação de defensoras e defensores públicos também em âmbito coletivo, especialmente propondo medidas cautelares, expedindo recomendações e com participação intensa em comitês de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus.*

### TJ determina que plano de saúde mantenha internação sem pagamento de coparticipação

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais acatou, no início de abril, pedido de liminar em ação movida pela Defensoria Pública de Minas Gerais e determinou que o plano de saúde Unimed Belo Horizonte mantenha internação psiquiátrica de paciente sem cobrar valores referentes à coparticipação estabelecidos em contrato. A ação levou em conta o caráter de urgência do tratamento e foi distribuída pela Defensoria Especializada do Consumidor.

A decisão, do juiz da 2ª Vara Cível de Belo Horizonte, é válida ainda que o tempo de internação exceda os prazos previstos no contrato firmado entre as partes, até posterior deliberação acerca da legalidade ou não dessas cobranças. O não cumprimento da decisão implica o pagamento de multa diária no valor de R\$ 200, limitado a R\$ 10 mil. Para o magistrado, a urgência no julgamento do pedido da paciente se justifica devido à possibilidade de agravamento de seu quadro de saúde.

### Decisões bloqueiam verbas para tratamentos de saúde em Governador Valadares

A Defensoria Pública de Minas Gerais obteve êxito em três decisões judiciais que determinaram o sequestro de verba para custear tratamento de saúde de assistidos em Governador Valadares, divulgado no dia 16 de abril.

Duas das ações de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela de urgência foram propostas em face do Estado de Minas Gerais e do Município de Governador Valadares.

Uma delas é referente ao tratamento da assistida L.C.S.S., com uso do anticorpo monoclonal Omalizumab, que tem uma doença caracterizada pela ocorrência diária e espontânea de urticas, lesões em alto relevo na pele que coçam intensamente, e angiodemas, inchaços do tecido subcutâneo.

Também a assistida M.S.M., de 18 anos e com quadro de dermatite atópica grave generalizada, conseguiu êxito em sua

demanda. A ineficácia de tratamentos e fármacos foi apontada por relatório médico que indicou expressamente a necessidade do imunobiológico Dupilumabe 300 mg subcutâneo.

A terceira ação vitoriosa, também de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela de urgência, foi proposta em face do Estado de Minas Gerais. Nessa proposição, a Defensoria Pública atua em defesa de M.A.O., de 20 anos. O *office boy* sofre de hidradenite, uma doença inflamatória crônica da pele, caracterizada por nódulos subcutâneos inflamatórios

Nas decisões, o Juízo determinou bloqueio de verbas públicas para a aquisição da medicação pleiteada, entre outras necessidades.

[Leia matéria na íntegra](#)

### DPMG atua de forma administrativa para transferência de pacientes do Hospital Galba Veloso

Em obras e em adequação para atender pacientes da Covid-19, a unidade de saúde mental teve seus últimos internos transferidos no dia 26 de maio.

Visando garantir o direito de acesso à saúde, alinhado com a reforma psiquiátrica e as sucessivas leis que a incorporaram no nosso ordenamento jurídico, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) requisitou a transferência de pacientes psiquiátricos que estavam internados no Hospital Galba Velloso e a desinstitucionalização dos pacientes em situação que possibilite essa medida.

A DPMG atuou de forma administrativa, por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), e em conjunto com a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Asussam), que amparam os usuários de saúde mental no estado.

A DPHD enviou ofício administrativo à Fhemig e à SES requisitando a “transferência imediata dos sete pacientes para o

hospital Raul Soares, para que o tratamento de saúde mental a que fazem jus se dê no equipamento público hoje mais preparado para realizar este atendimento”.

A Defensoria requisitou também a desinstitucionalização dos pacientes em situação que possibilite essa medida, “sem prejuízo do necessário amparo ao tratamento que deverá ser oferecido pela rede Fhemig, nesses casos”.

Solicitou, ainda, o acompanhamento das providências para o tratamento dos sete pacientes referidos, além do envio de todas as informações do procedimento administrativo de transferência de todos os pacientes que estavam no Hospital Galba Veloso desde o início da pandemia.

O pedido foi acolhido e, dos sete últimos internos do HGV, alguns foram transferidos para o Instituto Raul Soares no dia 26 de maio, e outros, receberam alta.

[Leia matéria na íntegra](#)

## CORONAVÍRUS/COVID-19: VITÓRIAS IMPORTANTES...

**Justiça libera mais de R\$ 84 milhões retidos da Samarco para compra de ventiladores pulmonares em MG**

*Petição feita pela Advocacia-Geral de MG e do Espírito Santo contou com a concordância das Defensorias de MG, do ES e da União e dos MPs antes de ser deferida*

A 12ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais acatou petição da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais e do Estado do Espírito Santo e determinou a liberação de aproximadamente R\$ 120 milhões do montante retido da mineradora Samarco, em decorrência do desastre de Mariana, para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 nos dois estados. A decisão, de 13 de abril, teve a anuência das Defensorias Pú-

blicas de Minas Gerais e da União, e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Os recursos serão depositados nas contas dos governos estaduais para aplicação no sistema de saúde pública, sendo R\$ 84.088.086,34 para Minas Gerais e R\$ 36.037.751,29 para o Espírito Santo. Segundo despacho do juiz Mário de Paula Franco Júnior, os valores serão liberados “a título de antecipação parcial de medidas compensatórias aos danos decorrentes da sobrecarga dos Sistemas Estaduais de Saúde ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana”.

**Justiça acolhe pedido e mantém gratuidade do transporte público para idosos em horários de pico em BH**

O Poder Judiciário de Minas Gerais acolheu pedido formulado em Ação Civil Pública (ACP) proposta pela Defensoria Pública mineira, solicitando a manutenção da gratuidade do transporte público às pessoas maiores de 65 anos nos horários de alta demanda de passageiros.

A ACP foi proposta pela Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência em face do Município de Belo Horizonte, com pedido de tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente. Na ação, a DPMG pede a suspensão da validade do artigo 3º do Decreto Municipal 17.332, que diz que “a partir de 20 de abril de 2020 fica ga-

rantida a gratuidade no Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município para os usuários com mais de 65 anos, exceto nos horários de alta demanda de passageiros, compreendidos entre 5 horas e 8h59 e entre 16 horas e 19h59”. O Decreto implementa medidas com o objetivo de dificultar a propagação do novo Coronavírus em Belo Horizonte.

Na decisão, proferida no 24 de abril, o juiz da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da comarca de Belo Horizonte afirma que “a pandemia do Coronavírus não pode afetar o pacto federativo sob o pretexto de se abrandar a crise que atravessamos”.

**Idosos voltam a ter direito ao passe livre no município de São Lourenço**

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), os cidadãos idosos do município de São Lourenço voltaram a ter o direito ao chamado passe livre, ou seja, ao transporte público gratuito. A decisão foi da 1ª Vara Cível da comarca de São Lourenço, que acolheu pedido formulado em Ação Civil Pública (ACP) com pedido de tutela provisória antecipada de urgência/evidência proposta pela DPMG.

Com o intuito de criar mecanismos de combate à disseminação do novo Coronavírus, o município de São Lourenço publicou, em 21 de março, o Decreto Municipal 7785/2020,

que instituiu normas restritivas ao funcionamento do comércio na cidade e ao tráfego de pessoas. Uma das diretrizes da norma foi a suspensão, por tempo indeterminado, do benefício de gratuidade de transporte público coletivo aos idosos.

Na ACP, proposta no dia 3 de maio em face do município de São Lourenço, a Defensoria Pública sustentou que o direito ao transporte público gratuito por parte da pessoa idosa decorre de norma constitucional expressa, prevista no §2º, do art. 230 da Constituição da República, sendo também consagrado no Estatuto do Idoso, em seu art. 39.

**DPMG obtém liminar determinando a implementação de medidas sanitárias e a efetivação de direitos dos usuários no transporte público em Governador Valadares**

A 2ª Vara Cível da comarca de Governador Valadares acolheu pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e determinou que o transporte público da cidade seja prestado de forma contínua, segura, sem interrupção e/ou diminuição na frota, bem como que sejam efetivadas medidas sanitárias preventivas em relação à pandemia do coronavírus (Covid-19).

Na decisão, datada de 22 de maio, o Poder Judiciário deferiu o pedido de tutela de urgência requerido na Ação Civil Pública proposta pela DPMG, em face do Município de Governador Valadares e da empresa de transporte público Mobi. A ação foi proposta pelos defensores públicos Rodrigo Zouain da Silva e Gilvan de Oliveira Machado (coordenador

local e da Regional Vale do Rio Doce).

A decisão liminar do Juízo deferiu ainda o pedido de inversão do ônus da prova sob o fundamento de que “sendo a coletividade a primeira interessada na presente demanda, os quais aqui neste processo estão representados pela Defensoria Pública, como parte legítima que é, é de rigor jurídico o deferimento da inversão do ônus da prova em favor da parte requerente”. De acordo com o juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca, “imperioso se faz priorizar a vida/saúde da coletividade em detrimento de eventuais prejuízos financeiros porventura sofridos pela Concessionária de Serviço Público, que deverão ser buscados na via própria, se for o caso



CORONAVÍRUS/COVID-19: VITÓRIAS IMPORTANTES...

### **Ação Civil Pública da Defensoria de Minas garante política de distanciamento social em Teófilo Otoni**

A 2ª Vara Cível da comarca de Teófilo Otoni acolheu pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e determinou a suspensão dos efeitos de decreto municipal que alterava a política de distanciamento social, flexibilizando as medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia de Covid-19, sem a devida fundamentação técnica. Na decisão, datada de 27 de abril, o Poder Judiciário concedeu liminarmente a tutela de urgência requerida na Ação Civil Pública proposta pela DPMG em face do Município de Teófilo Otoni.

Após edição de decretos municipais sobre medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública devido à pandemia, e declarando estado de calamidade pública, com determinação de medidas urgentes de prevenção, controle e contenção de risco e danos à saúde pública, a Prefeitura de Teófilo Otoni editou o Decreto Municipal nº 8.035, de 2020, alterando a política de distanciamento social e instituindo, a partir de 22 de abril, o regime de distanciamento social seletivo.

Antes da edição do Decreto, diante da possibilidade de flexibilização das medidas de prevenção e controle da epidemia do novo coronavírus, a Defensoria Pública, o Ministério

Público do Trabalho e o Ministério Público Federal, com fundamento em notas técnicas emitidas pelo Comitê Técnico Científico de Assessoramento da Defensoria Pública, integrado por professores da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), emitiram recomendação ao Município.

Entre os pontos recomendados estão: abstenção de alteração da política pública para o enfrentamento da pandemia preconizada pelas autoridades e saúde; manutenção das diretrizes de isolamento social; e que a transição de regime do distanciamento social seletivo seja amparada pela comprovação de estrutura de saúde necessária, de acordo com as notas técnicas do Comitê Técnico ou por estudo técnico científico estatístico.

Contudo, o Município de Teófilo Otoni não observou as recomendações e não apresentou resposta aos órgãos de fiscalização. Na ACP, a Defensoria Pública sustenta que o Decreto Municipal, que determinou a retomada das atividades empresariais a partir de 22 de abril, careceu de fundamentação técnica-científica acerca da segurança da medida adotada.

[Leia a matéria na íntegra](#)

### **Defensoria Pública de Minas em Bonfim obtém êxito em ação que reduz mensalidade de universidade**

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais, a assistida Lívia Andrade Monteiro conseguiu redução de 15% no valor da mensalidade do curso de Medicina Veterinária da Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas), em virtude da suspensão de aulas presenciais, que passaram a ser ministradas à distância.

A ação de natureza constitutiva, com pedido de tutela provisória antecipada, fundada em urgência, em caráter incidental, foi proposta pelo defensor público Neider Chaves Ribeiro, em face da Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas,

mantenedora da universidade.

Diante da pandemia do coronavírus, a Unifenas está lecionando as aulas à distância. No entanto, das sete matérias do 1º período do curso da assistida, uma delas exige ser ministrada presencialmente, por se tratar de aula prática.

Na decisão, proferida em sede de antecipação de tutela, o juiz determinou a redução de 15% da mensalidade do curso até o retorno das aulas presenciais, além da manutenção dos descontos que eram concedidos à assistida antes da pandemia.

### **Condege emite nota técnica com diretrizes jurídicas para recomendações das Defensorias Estaduais em relação a instituições de ensino**

O Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) emitiu nota técnica, no dia 23/4, sobre a prestação do serviço educacional e a cobrança de mensalidades em escolas e em instituições de ensino superior no cenário de pandemia do novo coronavírus.

Além da análise do problema, o documento apresenta oito diretrizes jurídicas para recomendações das Defensorias Públicas Estaduais às instituições de ensino, que inclui desconto na mensalidade na mesma medida da redução de custos alcançadas com medidas durante a suspensão das atividades.

A nota foi elaborada por meio dos Núcleos de Defesa do Consumidor das Defensorias Públicas Estaduais e contou com a participação ativa da Especializada do Consumidor da Defensoria de Minas Gerais.

Assinada pelo presidente do Condege e defensor público-geral do Estado de Pernambuco, José Fabrício Silva de Lima, a nota técnica tem como objetivo principal trazer considerações a respeito do cenário que se instaurou com a pandemia e as medidas de isolamento social, além de apresentar algumas diretrizes jurídicas.

[Clique aqui para ler a nota técnica na íntegra.](#)

## CORONAVÍRUS/COVID-19: VITÓRIAS IMPORTANTES...

**DPMG faz recomendação para assegurar acesso pleno ao ensino à distância para alunos com deficiência**

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, encaminhou recomendação à Secretaria Estadual de Educação em atenção aos interesses dos alunos com deficiência da rede pública estadual.

Diante da suspensão temporária das aulas presenciais, em decorrência da pandemia da Covid-19 e a consequente substituição pelo ensino à distância e videoaulas, a Especializada recomendou que sejam disponibilizados recursos de acessibilidade, tais como tradução em libras e legendas, além de todos os outros que se mostrem necessários à realidade de cada tipo de deficiência.

A medida tem o objetivo de possibilitar que estes alunos possam acompanhar as videoaulas e o ensino à distân-

cia de forma plena e satisfatória.

O documento leva em consideração a existência na Rede Estadual de Educação de milhares de alunos com deficiência, que dependem de recursos de acessibilidade para que possam acompanhar as referidas videoaulas. Também motivaram a expedição da recomendação queixas recebidas pela Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência de que as videoaulas oferecidas não contam atualmente com recursos de acessibilidade para este público.

A Defensoria Especializada recebe, com frequência, demandas relativas ao direito à educação da pessoa com deficiência e tem atuado, administrativa e judicialmente, para tentar resolver as questões que chegam à Instituição.

[Clique aqui para ler a Recomendação](#)

**STJ acolhe *habeas corpus* coletivo da Defensoria mineira e determina prisão domiciliar de presos contemplados na Resolução 62 do CNJ**

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sebastião Reis Júnior, atendeu pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e concedeu liminar em *habeas corpus* coletivo, colocando em regime domiciliar presos de duas penitenciárias de Uberlândia que, apesar de estarem no semiaberto e possuírem trabalho externo, tiveram endurecimento do regime de cumprimento de pena após a Covid-19.

No HC impetrado, a DPMG alega que os presos do regime semiaberto tiveram o trabalho externo e saídas temporárias suspensas devido ao coronavírus e estão “trancados em cela coletiva com fiscalização 24 horas como se do (regime) fechado fossem”.

O *habeas corpus* coletivo para a prisão domiciliar com

monitoramento eletrônico tem por base a Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que traz orientações ao Judiciário com medidas preventivas para evitar a propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo. A Resolução, que foi emitida em 17 de março de 2020, tem vigência de 90 dias.

Conforme a decisão, datada de 24 de abril, a prisão domiciliar será implementada pelo juízo da execução, que deverá fixar as condições de cumprimento, além de considerar a situação daqueles que têm contrato de trabalho vigente, de modo a permitir-lhes a sua continuidade.

[Clique aqui para ler a decisão.](#)

*Com informações do Condege*

**Proteção de mulheres, crianças, adolescentes e idosos ganha reforço de leis**

Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontou um crescimento de 431% nos relatos de terceiros na internet sobre brigas de casais no Brasil após a adoção de medidas de isolamento social para conter o avanço da pandemia.

Além do aumento dos casos de violência, outra consequência direta dessa situação tem sido a diminuição das denúncias, uma vez que em função do isolamento muitas mulheres não têm conseguido sair de casa para fazê-la ou têm medo de realizá-la pela aproximação do parceiro.

Também sensível ao problema, o Governo do Estado de Minas Gerais promulgou as Leis nº 23.643 e nº 23.644, datadas de 22 de maio de 2020.

Durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia, conforme a Lei nº 23.643 os síndicos e administradores responsáveis pelos condomínios residenciais localizados em Minas Gerais ficam obrigados a comunicar à Polícia Civil

ou à Polícia Militar a ocorrência, ou o indício de ocorrência, nas dependências do condomínio, de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso de que vierem a ter conhecimento.

Já a Lei 23.644 torna possível fazer por meio virtual o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva de urgência relativos a ato de violência doméstica e familiar contra a mulher, durante a vigência do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19. A lei estende essa possibilidade também para os registros de ocorrência relativos a ato de violência contra crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Atenta a esta questão, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) atua em pelo menos três áreas com núcleos específicos: na proteção da mulher em situação de violência, do idoso e da criança e adolescente.

[Leia a matéria na íntegra](#)



### **Defensor público-geral aborda trabalho intenso da Defensoria em programa na Rádio Super**

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrício Soares, participou, na noite do dia 2/4, do programa "Patrulha da Cidade", na Rádio Super. Em entrevista ao vivo ao apresentador Laudívio Carvalho, ele falou sobre as atividades intensas da Defensoria Pública de Minas Gerais em favor dos assistidos, mesmo com a implantação do trabalho remoto em decorrência da pandemia da Covid-19.

[Clique aqui para ouvir a entrevista](#)

### **Defensor público tira dúvidas sobre direitos relativos a planos de saúde e viagens durante a pandemia**

O agravamento do risco de contágio pelo Coronavírus (Covid-19) tem levado muitas pessoas a cancelarem ou adiarem viagens já contratadas e, também, gerado questionamentos relacionados aos atendimentos que devem ser cobertos pelos planos de saúde. Para esclarecer dúvidas dos telespectadores, o coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, da DPMG, Daniel Firmato de Almeida Glória, participou, no dia 18/3, do quadro "Desenrola", uma parceria com a TV Globo Minas.

[Confira o vídeo aqui](#)

### **Efeitos da pandemia junto à população de baixa renda em artigo publicado na imprensa**

Artigo da defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), intitulado "Desigualdade social e Coronavírus", foi publicado na edição de 1º de abril do jornal "O Tempo", de Belo Horizonte. No texto, a defensora pública manifesta preocupação com lacunas nas políticas públicas voltadas para a população social e economicamente vulnerável, que podem ter efeitos dramáticos nesta pandemia.

[Clique aqui para ler o artigo](#)

### **Proteção das pessoas em situação de rua por causa do coronavírus no MGTV1**

Em entrevista no dia 1º de abril, ao MGTV 1, da TV Globo Minas, a defensora pública Júnia Roman Carvalho, em atuação na DDPH, fala sobre as recomendações a prefeituras emitidas pela Defensoria de Minas, em conjunto com outras instituições, para proteção das pessoas em situação de rua diante da pandemia da Covid-19.

[Clique aqui e confira](#)

### **Defensor público explica como ficam as negociações nos contratos de locação de imóveis**

O defensor público Francisco de Assis Calcagno, em atuação na área Cível da DPMG, aborda, em entrevista concedida ao *Bom Dia Minas*, da TV Globo, no dia 16/4, como ficam as relações entre locatários e locadores de imóveis durante a situação de emergência provocada pela Covid-19. Durante a pandemia, muitas pessoas perderam renda, o que também pode afetar os contratos comerciais.

[Veja aqui a entrevista](#)

### **Direitos das gestantes durante a pandemia**

A defensora pública Flávia Marcelle Torres de Moraes, concedeu entrevista ao vivo no dia 1º de maio ao jornal *Bom Dia Minas*, da TV Globo. Ela falou sobre a recomendação que a Defensoria de Minas emitiu para a Prefeitura de BH para que, durante a pandemia de Covid-19, sejam resguardados os direitos no atendimento às gestantes na rede de saúde antes e depois do parto. No documento, enviado à Secretaria Municipal de Saúde, constam também observações para proteção das mulheres de possível contágio.

[Clique aqui para ver a entrevista](#)

### **Trabalho da Defensoria Pública em Araguari é tema de reportagem da *Gazeta do Triângulo***

A edição do dia 22/5 do jornal *Gazeta do Triângulo* traz uma matéria sobre a atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais na comarca de Araguari durante a pandemia de Covid-19. Em entrevista ao veículo, o coordenador local, defensor público Jefferson Guimarães Soares, explica que a adoção de novas tecnologias tem permitido que todos sejam atendidos no menor tempo possível e fala sobre a participação da Defensoria Pública no Comitê Municipal de Combate ao Coronavírus.

[Clique aqui para ler](#)

### **Aumento da violência contra a mulher**

A defensora pública Priscila Voltarelli Bozola, em atuação na unidade de Ituiutaba, concedeu entrevista ao vivo, por videochamada, ao portal "Pontal em Foco", sobre o crescimento no número de ocorrências de violência doméstica durante o distanciamento social provocado pela Covid-19. Ela destacou fatores que contribuem para o aumento dos casos, detalhou as situações de violência e ressaltou os direitos da mulher à proteção.

[Clique aqui para ver a entrevista](#)

**Clique no link abaixo e acompanhe outros destaques da atuação de defensoras e defensores públicos no estado em relação à pandemia da Covid-19**

[Imprensa > Especiais > Covid-19](#)



## BRUMADINHO

# Acordo extrajudicial alcança mais de 500 famílias e garante a oportunidade do recomeço em Brumadinho

Um ano após a tragédia que mudou para sempre a vida das pessoas em Brumadinho, 273 famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Feijão já garantiram a possibilidade de retomar a vida. Este é o número de acordos de indenização extrajudicial fechados com o apoio jurídico da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

Outros 246 acordos estão em trâmite, totalizando 519 famílias. O percentual de homologação pelo Tribunal de Justiça é de 100%. Desde 25 de janeiro foram feitos mais de 4.400 atendimentos pelas defensoras e defensores que atuam no município e região atingida.

O inédito Termo de Compromisso (TC) viabilizado pela DPMG para reparação de danos, garante pagamento célere de indenizações extrajudiciais, referentes a danos patrimoniais disponíveis, individuais ou por núcleo

familiar, segue patamares robustos balizados pela jurisprudência nacional e internacional e virou referência para situações dessa natureza.

Atuando em defesa dos atingidos desde o dia do desastre, a Defensoria Pública de Minas Gerais é a instituição que já conseguiu resultados efetivos para a população e tem o reconhecimento entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de instituições privadas.

“Podemos dizer com segurança que a Defensoria Pública de Minas Gerais é uma instituição que tem obtido expressivo resultado em sua atuação em Brumadinho, onde os defensores públicos estão desde o dia da tragédia. Isso reflete o esforço para assegurar direitos e dignidade aos atingidos”, diz o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares.

[Conheça histórias de quem luta para seguir em frente](#)

## CASO SAMARCO

# TRF-1 concede liminar e suspende decisão que invalidou estudos de avaliação de risco à saúde

As Defensorias Públicas de Minas Gerais (DPMG), do Espírito Santo (DPES) e da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) obtiveram, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), uma liminar que suspendeu decisões de primeira instância e determinou a continuidade do processo de reparação dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, a partir dos estudos para avaliação de risco à saúde humana realizados pela Ambios e pelo Grupo EPA Engenharia e Proteção Ambiental. A liminar foi concedida em Agravo de Instrumento interposto pelo MPF e Defensorias Públicas contra decisões proferidas pelo Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte.

O magistrado havia determinado a implementação e execução de uma metodologia denominada “Gestão Ambiental Integrada para Saúde e Meio Ambiente (Gaisma)”. Porém, a Gaisma não cumpre as Diretrizes para Realização de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana por Exposição a Contaminantes Químicos que foram estabelecidas pelo Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública.

As empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda, bem como a Fundação Renova (entidade que criaram para realizar a reparação dos danos),

defendiam o emprego da metodologia Gaisma para a realização de tais estudos.

Em uma das decisões que foram objeto do recurso do MPF e das Defensorias Públicas, o Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte determinou que a Gaisma deveria ser aprimorada e utilizada como metodologia para a avaliação dos riscos.

MPF e Defensorias Públicas manifestaram-se de maneira contrária à adoção da Gaisma, mesmo que em versão “aprimorada”, uma vez que tal metodologia tenta integrar estudos que dizem respeito à saúde e ao meio ambiente, mas a avaliação de riscos à saúde humana, segundo diretrizes do Ministério da Saúde, deve adotar o critério do denominado “pior cenário existente”. O Ministério da Saúde, inclusive, já havia proferido parecer contrário à utilização da Gaisma.

A mesma proposta já havia sido apresentada pela Fundação Renova ao Comitê Interfederativo (CIF), que é uma instância deliberativa criada, mediante acordo realizado, em março de 2016, entre a União, o Estado de Minas Gerais, o Estado do Espírito Santo e as empresas para coordenar o processo de reparação. Ela foi rejeitada pela Câmara Técnica Saúde do CIF.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE: CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

### Barbacena recebe sua primeira edição do Casamento Comunitário

Em uma bela cerimônia que celebrou o amor, o companheirismo e os vínculos familiares, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) realizaram o Casamento Comunitário em Barbacena. A solenidade aconteceu no dia 24 de janeiro, no Automóvel Clube da cidade, e formalizou a união de 51 casais.

Esta foi a primeira vez que o município recebeu a iniciativa, que teve o apoio de diversos parceiros.

A cerimônia contou com entrada dos noivos em tapete vermelho ao som da Marcha Nupcial executada por músicos locais, ornamentação especial, valsa dos casais, coquetel, DJ e entrega das certidões de casamento.

O Casamento Comunitário foi promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordena-

doria de Projetos, Convênios e Parcerias, e pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc).

Uma ampla rede de parceiros e apoiadores possibilitou a realização da cerimônia: Cartórios de Registro Civil de Barbacena, 1º e 2º Ofício; Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG); Unimed Barbacena; Buffet Nelma Bertolino; presidência do Automóvel Clube; Floricultura Rosa Morena; Campos Distribuidora; Comemorar Cerimonial; Marciano Flores; Julielle Noivas; DJ Wanderson Ferraz; rádios 93,3 e Sucesso FM; Cereser; Polícia Militar de MG; Copasa; Juliana Anjo da Guarda; LS Som e Luz; João Bosco Tendas; e Unipac.

Também participaram da cerimônia os defensores públicos Cássia Rejane Chiericato, Marco Aurélio Brazil e Álvaro Lima Guimarães Costa.



Padrinhos, familiares e amigos dos noivos lotaram o salão do Automóvel Clube de Barbacena

Compuseram o dispositivo de autoridades o tenente Clayton Carvalho, representando o comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar de Barbacena; a supervisora e o juiz de Direito coordenador do Cejusc, Priscila Mello Moura e Marcos Alves de Andrade; a defensora pública coordenadora local substituta da comarca, Delma Gomes Messias, representando o defensor-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; o defensor público Sidnei Henrique da Silva, idealizador do evento; o diretor do Interior da ADEP-MG, defensor Moacyr Costa Rabello, representando o presidente da entidade, Fernando Campelo Martelleto; e o representante da Secretaria Municipal de Governo, Julieser Campos

Defensor público Sidnei Henrique da Silva, idealizador do evento, e a supervisora do Cejusc, Priscila Mello, entregam a certidão de casamento



A ornamentação deu um toque especial à cerimônia



## AÇÕES EM DESTAQUE: CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

### Defensoria de Minas leva o Casamento Comunitário a Ribeirão das Neves pela segunda vez

Um dia para ficar na história da vida de 42 casais de Ribeirão das Neves. Assim foi a sexta-feira (6/3), data em que a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) realizou a segunda edição do Casamento Comunitário na comarca. O evento aconteceu no auditório da Cidade dos Meninos.

A bela cerimônia, preparada com a participação de diversos parceiros, além de proporcionar base legal e segurança jurídica para a mais importante e forte das instituições – a família –, presenteou a todos com o sentimento de amor e solidariedade que marcou o momento.

As noivas começaram os preparativos logo cedo, no Instituto Embelleze, onde ganharam maquiagem profissional e penteado especial. Lá mesmo colocaram os vestidos de casamento, disponibilizados gratuitamente pela Gislene Lourdes Madrinha do Coração, e tiveram a primeira sessão de fotos do dia.

A celebração foi completa. Teve entrada dos noivos, pajens e damas no tapete vermelho, marcha nupcial executada pela Banda da Aeronáutica, ornamentação especial,

bolo fake, cenários para fotos dos casais, cabine de fotos instantâneas, troca de alianças, benção ecumênica e sorteio de presentes.

O casamento foi coletivo, mas cada história e emoção dos nubentes envolvidos eram únicas.

Foram parceiros do evento: Cartórios de Registro de Pessoas Naturais de Ribeirão das Neves e de Justinópolis, Cidade dos Meninos, Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Alicerce Editora Gráfica, Prima Linea, Hotel Hamma-da Encore Minas Casa, Pizzaria e Lanchonete Moinhos, Buffet Alvina Bitencourt, Buffet Vania Tutti, Gabi Doces, Bem Casados da Ju, Dilene Confisiere Bolos, Multipães, Holambelo, Valentina Maison, Sintonia Cerimonial, Neuz Ornamentação, Luz e Flor Decoração de Eventos, Foto Cabine Express, Liliane Santos Fotografia, Angelo Brum Fotografia, Carlos Andrade Fotografia, Luciana Rabelo Fotografia, Dilene, Sicoob JUS-MP, Iluminarte velas e artigos de decoração e Copasa.



A mesa de abertura: padre Jefferson; presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto; oficial substituta Carolina Dias; defensora pública e coordenadora local em Ribeirão das Neves, Mônica Garcia; defensor público-geral, Gérlio Patrocínio Soares; vereador Weberson da Silva; coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; pastor Wagner; secretária de Educação de Ribeirão das Neves, Dolores Kícila Alves Carlos, representando o prefeito Junynho Martins; e o assessor militar junto à DPMG, tenente coronel PM Antoniezio Alves de Sousa





## ACÇÕES EM DESTAQUE: CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

### Defensoria Pública de Minas e Corregedoria de Justiça acertam detalhes para Casamento Comunitário de BH

As defensoras públicas de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais), Michele Mascarenhas Glaeser (coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias) e Caroline Loureiro Goulart Teixeira (coordenadora de Família e Sucessões) se reuniram no dia 19/2, na Corregedoria de Justiça, com a juíza auxiliar Aldina de Carvalho Soares.

O objetivo do encontro foi acertar detalhes sobre a participação dos cartórios na próxima edição de 2020 do Casamento Comunitário de Belo Horizonte, que estava agendado e será remarcado. O evento vai celebrar, de forma gratuita, a união de 500 casais que não têm condições de arcar com as taxas. Cartórios de Registro Civil são parceiros da Defensoria Pública de Minas Gerais em mais esta iniciativa de composição extrajudicial, assim como o Tribunal de Justiça, o Governo de Minas Gerais



Michele Glaeser (1ª à esquerda), a juíza Aldina Soares (2ª à esquerda), Raquel Gomes (3ª à esquerda) e Caroline Loureiro (1ª à direita) e oficiais dos cartórios em encontro na Corregedoria de Justiça

e a Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), além de uma ampla rede de colaboradores.



## NA MÍDIA

### Casamento Comunitário de Ituiutaba é tema de reportagem no MGTV Uberlândia

Em entrevista, as defensoras públicas Priscila Cristiani Bozola e Mirian Luce Alves de Araujo, em atuação na comarca de Ituiutaba, contaram que a expressiva procura da população pela chance de formalizar a união motivou a realização do evento na cidade. Para as defensoras, o Casamento Comunitário é uma questão social e traz o sentimento de dignidade.

Promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais, em parceria com o Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), o Casamento Comunitário de Ituiutaba, antes previsto para acontecer no dia 27 de março, está suspenso enquanto durar as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária sobre proteção na pandemia e evitar a propagação da doença.

[Veja aqui reportagem](#)



## PANDEMIA COVID 19

### Casamento Comunitário de BH tem inscrições temporariamente suspensas e eventos serão remarcados

As inscrições para o Casamento Comunitário de Belo Horizonte, bem como todos os eventos programados pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e pela Escola Superior da DPMG (Esdep-MG), estão temporariamente suspensas em decorrência do risco de contaminação pelo Covid-19. O objetivo da medida, que consta na Resolução 109/2020, publicada em 6/3 de março pela Defensoria Pública de Minas, é zelar pela saúde dos assistidos, além de membros e servidores da Instituição, evitando aglomerações de pessoas, como recomendam as autoridades sanitárias.

No caso das inscrições para o Casamento Comunitário de Belo Horizonte, a suspensão temporária vale até quando a situação referente à pandemia do Coronavírus será reavaliada. Outra iniciativa da DPMG em andamento, o Casamento Comunitário de Ituiutaba, inicialmente marcado para o dia 27 de março, também foi suspenso e será realizado em nova data futura. Quarenta e seis casais se inscreveram.

**Mais informações sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) adotadas pela DPMG na página 28.**

## ACÇÕES EM DESTAQUE: MUTIRÕES

### Balanco do 1º Mutirão de Mudança de Prenome e Gênero de Ituiutaba

Em uma iniciativa da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), a comarca de Ituiutaba recebeu o 1º Mutirão de Mudança do Prenome e do Gênero da Pessoa Transgênero, possibilitando gratuitamente a alteração de dados nas certidões de nascimento ou casamento de pessoas trans. Realizada em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) local, a ação aconteceu entre os dias 8 a 22 de janeiro.

Foram atendidos 12 homens e uma mulher, com faixa etária entre 19 e 52 anos de idade. Todos os casos foram cuidadosamente analisados, e dois deles deverão ser judicializados, em função de sua complexidade.

Estavam presentes os defensores públicos Mônica Alves da Costa, idealizadora da ação, e Francis Júnio de Oliveira (coordenador local da Unidade da DPMG em Ituiutaba), além do juiz da 3ª Vara Cível da comarca e coordenador do Cejus, Roberto Bertoldo Garcia, servidores e estagiários.



Juiz coordenador do Cejus, Roberto Bertoldo, e os defensores Francis Júnio e Mônica Alves

**Parcerias** – O evento contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e do Cartório de Registro de Protesto da comarca. Também participaram do mutirão o departamento de serviço social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que realizou uma pesquisa socioeconômica e demográfica com as pessoas transgênero, e o coletivo “As Cores do Pontal”, que atua no combate da LGBTTI-fobia e na luta pelos direitos desse grupo.

[Leia a matéria na íntegra](#)

A sentença e a requisição administrativa da DPMG foram entregues em um envelope com o nome escolhido por cada participante; depois seriam levados ao cartório para receber a certidão de nascimento alterada



#### NA MÍDIA

##### Defensora pública dá entrevista sobre mutirão para pessoa transgênero em Ituiutaba

A defensora pública Mônica Alves da Costa falou em entrevista ao MGTV 1, da TV Globo, sobre o I Mutirão de Alteração de Prenome e Gênero no Registro Civil. Ela destacou a importância desta iniciativa para a vida social e profissional da pessoa transgênero e no combate ao preconceito.

[Confira aqui a entrevista](#)

### Mutirão promovido pela Defensoria de Minas viabiliza acordos para quitação de dívidas e deixa estudantes em dia com universidades

Um mutirão voltado à composição de acordos para negociação de dívidas de estudantes com as Faculdades UNA e UNI-BH está possibilitando a regularização dos débitos e o retorno dos alunos aos estudos. Promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), o mutirão aconteceu no dia 14/2, na Sede I da Instituição em Belo Horizonte.

A iniciativa, que foi viabilizada por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado entre a DPMG, a Brasil Educação S/A (UNA) e o Instituto de Educação e Cultura S/A (Ieduc/UNI), contempla inicialmente acordos para solução das demandas já judicializadas.

No mutirão foram realizados acordos para a quitação das dívidas, eliminação dos juros de mora, multa e correção monetária, além de concessão de desconto que chega a 70% e parcelamento do valor acordado em até 24 vezes. As inscrições foram abertas em janeiro com o objetivo de incentivar aqueles que tinham interesse em regularizar as pendências para voltar aos estudos já no primeiro semestre.

Apesar de o mutirão ser voltado para a composição de acordos envolvendo demandas que já foram judicializadas, também foram atendidas alunos que compareceram com interesse em negociar seus débitos.

## AÇÕES EM DESTAQUE: MUTIRÕES

### II Mutirão das Famílias da DPMG concilia demandas de 100 famílias na Capital

“Correu tudo bem, sem estresse, sem briga e sem discussão. Acho que da forma que foi é um exemplo para o nosso filho”, disse um dos participantes. Um acordo formalizado no II Mutirão das Famílias realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no dia 7/2 selou o respeito e a harmonia do divórcio de um casal.

Mais uma iniciativa da DPMG voltada para a solução consensual de conflitos, o mutirão tem como objetivo facilitar e promover a conciliação das famílias. Oportunidade para resolver demandas envolvendo alimentos (fixação, oferta, revisional e exoneração), divórcio, guarda e regulamentação de convivência de forma extrajudicial.

Esta foi a segunda vez que a DPMG realizou o Mutirão das Famílias em Belo Horizonte. A ação já aconteceu também em Uberlândia.

Os participantes fizeram inscrição antecipadamente e foi enviada uma carta-convite para a outra parte comparecer à Defensoria Pública. Foram agendadas 100 sessões de conciliação para o dia. Vinte defensoras e defensores públicos fizeram 100 sessões de conciliação durante todo o dia. Das 41 sessões de conciliação realizadas e que já foram compiladas, 32 resultaram em acordos. Os acordos feitos no mutirão serão encaminhados para homologação do juiz do Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus).

A ação foi voltada para pessoas residentes em Belo Horizonte, com renda individual de três salários mínimos ou familiar até cinco salários.



Além do divórcio consensual, o acordo feito por Kellen e Rodrigo fixou também a pensão alimentícia do filho

O resultado do II Mutirão das Famílias foi bastante satisfatório, tendo a solução consensual sido alcançada na maioria das sessões realizadas. A área de Família é uma das mais demandadas na Defensoria Pública mineira. Em 2019, a Instituição realizou 26.212 atendimentos na área em Belo Horizonte. No estado todo foram 207.741 atendimentos.

#### NA MÍDIA

Clique nos links abaixo para conferir o que saiu na mídia.

[Anadep](#)

[Rede Record](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE: MUTIRÕES

### Defensoria Pública Itinerante faz 63 atendimentos em Papagaios

No atendimento, realizado na sede da Uaitec de Papagaios, participaram a defensora pública Patrícia Mesquita Amaral, a servidora Paula Diniz e dez estagiários de Direito: Ana Luiza Barcelos, Geraldo Magela Vitor Junior, Geyson Amaral, Isabela Gonçalves, Luiza de Vasconcelos, Odilon de Faria Neto, Rafaela Faria, Augusto Braga, Renato Soares e Leidiane Soares.



Sessenta e três pessoas foram atendidas pela Defensoria Pública Itinerante em Papagaios, no dia 10 de março, em iniciativa da Defensoria de Minas em Pitangui, que levou a prestação de serviços à população daquele município, que fica a 39 km de distância.

Dos 63 atendimentos, 55 se referiram às áreas de Família e oito da Criminal. Destes, serão propostas 26 ações. Foi realizado ainda um reconhecimento voluntário de paternidade e dois acordos referentes a processos já em andamento. Pessoas que já vinham sendo atendidas pela Defensoria também foram contempladas na ação.

O trajeto entre Papagaios e Pitangui é coberto por apenas dois horários de ônibus ida-e-volta, ao custo de R\$ 50, e muitos assistidos não têm condição de reivindicar ou de se informar sobre seus direitos por falta de recursos econômicos para se deslocarem.



## AÇÕES EM DESTAQUE: MUTIRÕES

### Projeto da Defensoria de Minas Gerais leva cidadania e acesso à Justiça a comunidades vulneráveis da comarca de Teófilo Otoni

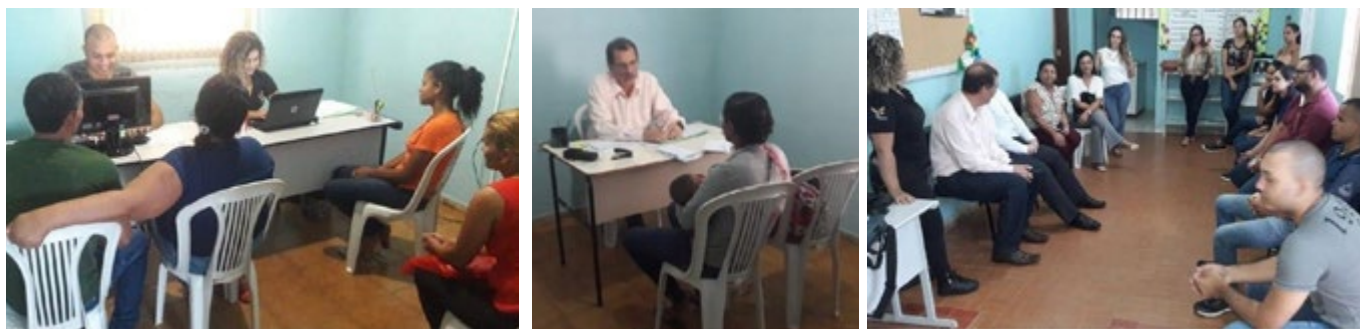
Para ampliar o atendimento aos assistidos socialmente vulneráveis, na área de abrangência da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Teófilo Otoni, a Instituição desenvolve o projeto “Defensoria na Comunidade – Defcom”. O objetivo é viabilizar o atendimento aos assistidos que deixam de buscar assistência jurídica em razão da distância e da falta de condições econômicas para o deslocamento até a sede da DPMG em Teófilo Otoni.

Em parceria com as prefeituras, o Defcom leva às comunidades o trabalho e ações da Defensoria, priorizando a atuação extrajudicial é prioritária. Em último caso, atuam judicialmente por meio de propositura das ações competentes. Para agilizar os atendimentos nos municípios, é feito um cadastramento prévio pelo Cras e Creas, que colhem toda a documentação previamente conferida pela Defensoria Pública.

O projeto nasceu após levantamento estatístico em que foi constatado que, do total de atendimentos da DPMG na comarca de Teófilo Otoni, mais de 40% dos assistidos residem nos municípios de Ataléia, Ladainha, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão e Poté, incluindo seus distritos e comunidades.

A população desses municípios totaliza 72.673 habitantes, representando 34% da população da comarca, o que indica a necessidade de uma Defensoria Pública mais presente, mais atenta e mais participativa em relação à sua população.

Idealizado pelo analista da Defensoria Pública em Teófilo Otoni, Péricles Ganem Rodrigues, e coordenado pelo defensor público Ubirajara Chaves de Moura Junior, o Defcom conta com a atuação de defensores, servidores e estagiários da comarca.



O município de Oriente de Minas recebeu o Defcom no dia 6 de março, no Cras, na Praça Tristão da Cunha. O projeto deverá voltar quando cessarem as recomendações do distanciamento social devido à pandemia.

## AÇÕES EM DESTAQUE: ATENDIMENTO PERMANENTE NAS FAVELAS

### DPMG e comunidades de Belo Horizonte costuram parceria para ações conjuntas



Participaram da reunião os líderes das comunidades, o defensor-geral, Gério Soares, e o assessor institucional Wilson Hallak Rocha

Primeira Defensoria Pública do país a instalar uma sala para atendimento permanente na favela, atuando no Morro do Papagaio, no aglomerado Santa Lúcia, região Centro-Sul de Belo Horizonte, a Defensoria de Minas Gerais (DPMG) está formatando novo projeto em conjunto com comunidades da Capital.

A iniciativa, que aproxima o acesso à Justiça e à cidadania das pessoas que mais precisam, já está sendo viabilizada. No 31/1, a Instituição recebeu representantes da Pedreira Prado Lopes, Morro das Pedras, Morro do Papagaio, Alto Vera Cruz e Sumaré, que se reuniram com o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares.

continua >>

## AÇÕES EM DESTAQUE: ATENDIMENTO PERMANENTE NAS FAVELAS



Com o nome “Casa da Cidadania”, o programa foi inaugurado no Morro do Papagaio em 2009

A ideia é que a Defensoria Pública mineira e os moradores das comunidades elaborem possíveis projetos para serem desenvolvidos em conjunto. Quase todos os participantes do encontro já tinham tido ligação com a DPMG por ocasião do antigo programa “Casa da Cidadania”.

Nesse primeiro encontro ficou definido que os representantes vão percorrer as comunidades, convidando, em um primeiro momento, estudantes de graduação em Direito e Assistência Social que têm interesse em participar de projetos e atividades com a Defensoria de Minas

### Alto Vera Cruz recebe o defensor-geral para falar sobre o projeto “Dois contra o Mundo”

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou no sábado, 7 de março, de encontro com estudantes de Direito e de Assistente So-



**Confira, no link abaixo, vídeo de entrevista concedida pelo defensor-geral, Gério Patrocínio Soares, e pelo defensor público Hélio da Gama à TV comunitária Alto Vê, com detalhes da iniciativa.**

[Veja aqui](#)



Defensor-geral Gério Patrocínio Soares (2º à dir.), ao lado do defensor público Hélio da Gama, conversam com moradores do Alto Vera Cruz

cial moradores do Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte, e demais representantes da comunidade. A reunião aconteceu em um espaço comunitário do bairro.

Na ocasião foram discutidas ações conjuntas do projeto “Dois contra o Mundo”, que a Defensoria Pública vai realizar junto com os universitários inicialmente em seis comunidades de Belo Horizonte: Alto Vera Cruz, Pedreira Prado Lopes, Sumaré, Conjunto Santa Maria, Papagaio e Morro das Pedras. O defensor público Hélio da Gama, coordenador do projeto, também participou do encontro.

**‘Dois contra o mundo’** – O programa está em desenvolvimento e tão logo terminem as medidas restritivas de proteção à saúde em decorrência da pandemia, haverá encontros com todos os parceiros para traçar as primeiras ações.

### Iniciativa de solidariedade diante da pandemia de Covid-19

Em um intervalo de sete semanas, a Defensoria Pública de Minas Gerais chegou à décima ação de entrega de alimentos doados para a população em situação de vulnerabilidade diante da pandemia de Covid-19 em Belo Horizonte. No dia 29/5, a entrega foi feita para moradores do Morro do Papagaio.

Já receberam os alimentos, que compõem a cesta básica, moradores do Alto Vera Cruz (17/4), Morro do Papagaio (24/4), Morro das Pedras (30/4), Vila Sumaré (8/5), Conjunto Santa Maria (12/5), Pedreira Prado Lopes (15/5) e Ocupação Terra Nossa/Taquaril (22/5). Além disso, biscuitos produzidos pelo MST foram entregues no presídio feminino de Vespasiano em duas ocasiões (5/5 e 19/5).

A iniciativa de solidariedade faz parte do projeto “Dois contra o Mundo”. Os alimentos entregues são produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).



## AÇÕES EM DESTAQUE: DIA INTERNACIONAL DA MULHER

### Defensoria Pública presente em ações dedicadas à mulher no mês de março

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio das defensoras públicas que atuam na Especializada no Direito da Mulher em Situação de Violência, em Belo Horizonte, (Nudem-BH), esteve presente em vários eventos que marcaram o Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março.

- **Na quarta-feira (4/3)**, a defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira participou de audiência pública no plenário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, dedicada ao mês da mulher. Ela compôs a mesa de autoridades e falou sobre a atuação do Nudem-BH, a luta da Defensoria Pública pela igualdade de gêneros e divulgou a campanha “Em Defesa Delas”, da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).
- **Na quinta-feira (5/3)**, a defensora pública Laurelle Carvalho de Araújo participou do programa “Rádio Vivo”, da rádio Itatiaia, e foi entrevistada pelo apresentador José Lino Souza Barros. Ela falou da atuação do Nudem/BH, da natureza dos atendimentos feitos, dos direitos da mulher diante de casos de violência e sobre os resultados da Lei Maria da Penha.

[Confira a entrevista](#)

- **Na sexta-feira (6/3)**, o evento “Sempre Vivas: mulheres, história e resistência”, promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) contou com a presença das defensoras públicas Laurelle Carvalho de Araújo e Samantha Vilarinho. Em sessão de homenagem no plenário, 42 mulheres de destaque receberam votos de congratulações, entre elas ativistas sociais, lideranças comunitárias, defensoras de quilombolas, indígenas, transexuais.

A programação contou também com audiência pública e atendimento ao público na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte, promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, além de rodas de conversa, apresentações culturais e serviços oferecidos à população.

PARCERIA – A Defensoria Pública foi uma das instituições parceiras do evento “Sempre Vivas: Mulheres, história e re-



Sessão de homenagem na Câmara Municipal

sistência”, organizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para celebrar o Dia Internacional da Mulher e marcar o dia de fortalecimento da luta pelos direitos das mulheres em Minas Gerais. O evento, que integra as comemorações dos 300 anos de Minas Gerais, com o tema “Mulheres, história e resistência”, trouxe para o debate o resgate histórico das lutas e resistência das mulheres mineiras ao longo dos últimos três séculos. A programação especial e gratuita aconteceu nos dias 6, 10 e 11 de março.



A defensora pública Laurelle Carvalho com os familiares de Umbelina Lopes, homenageada por sua atuação na Defensoria Pública

- **No sábado (7/3)**, a comunidade do Cafezal recebeu as atividades do “Dia da Mulher”, com a participação da defensora pública Maria Cecília Oliveira e Pinto. Foram realizados atendimentos com exames preventivos, roda de conversa e atualização de cadastro das mulheres em sua área de abrangência.



Evento “Sempre Vivas” homenageou 42 mulheres na Assembleia Legislativa de Minas



Defensora pública Maria Cecília (5ª à direita) participa de roda de conversa no Cafezal



## AÇÕES EM DESTAQUE: DIA INTERNACIONAL DA MULHER

A Defensora pública Maria Cecília integrou a roda de conversa, que teve a presença de outras 44 mulheres e debateu a temática “Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”. O evento contou com a parceria do Coletivo Mulheres da Quebrada, formado e coordenado pelas mulheres da região. Maria Cecília também prestou orientações jurídicas.

- **Na segunda-feira (9/3)**, a defensora pública Samantha Vilarinho participou do programa "Alerta Super", da rádio Super, que abordou a temática dos direitos da mulher. Ela detalhou como é feito o atendimento pelo Nudem-BH, falou das medidas protetivas, prestou orientações sobre como as mulheres vítimas de violência física ou psicológica podem procurar a rede de proteção, entre elas a DPMG.

[Clique aqui para ouvir a entrevista](#)

- Ainda na programação da segunda-feira, Samantha Vilarinho proferiu palestra sobre a atuação da Defensoria na proteção à mulher para alunos e profissionais de Direito, Psicologia e Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá, unidade do Prado, em Belo Horizonte.
- **No sábado (14/3)**, o Nudem-BH esteve presente em Ribeirão das Neves, onde prestou atendimento às mulheres no bairro Delma, em Justinópolis. A atividade foi organizada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



*Defensora Samantha Vilarinho dá entrevista à Rádio Super*



*Estudantes e profissionais da Estácio participaram de palestra sobre atuação da DPMG na proteção à mulher*

### Palestra sobre empoderamento feminino para estudantes do Magistério em Cássia

A defensora pública Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, coordenadora local da Defensoria Pública de Minas Gerais em Cássia, ministrou a palestra “Mulheres em busca de si – empoderamento feminino” para alunos do curso de Magistério da Escola Estadual São Gabriel, naquele município, a convite da professora Juciene Aparecida Fonseca Dias.

A atividade, que ocorreu no dia 6 de março, em celebração pelo Dia Internacional da Mulher.



### 'Sábado da Cidadania' em Passos

A Defensoria Pública Itinerante realizou no dia 7 de março, em Passos, o “Sábado da Cidadania: em Comemoração ao Dia das Mulheres”. O atendimento foi feito com o apoio da van itinerante no bairro Cohab IV, próximo à Escola Municipal Silas Roberto Figueiredo.

Três defensores públicos, dois funcionários e uma estagiária, além do motorista, participaram da ação. Foram feitos 18 atendimentos jurídicos aos cidadãos nas áreas Cível, Família, Execução Penal, Infância e Juventude e Criminal.



## AÇÕES EM DESTAQUE: DIA INTERNACIONAL DA MULHER

### DPMG oferece oportunidade de trabalho para reeducandas do sistema prisional

A ressocialização pelo trabalho é caminho para auxiliar na humanização do sistema penitenciário. Além de oferecer a defesa do encarcerado, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) trabalha em prol de sua ressocialização, reintegração e dignidade.

*“A ressocialização é muito importante porque, de certa forma, a sociedade discrimina. Sempre que há portas abertas, a gente tem que aproveitar a oportunidade”*



Defensora pública Milena Cury (ao centro) e Alice (em destaque, no alto), acompanhadas pelas estagiárias Sarah Batista e Luiza Perez (nas pontas) e pela servidora Kelem Beatriz Torido Leite

Contratar reeducandos do sistema penitenciário estadual é um dos meios que a Instituição utiliza para proporcionar a eles uma oportunidade para que possam seguir outro rumo em suas vidas, quando saem da prisão.

Alice, 23 anos, é um exemplo vivo disso. Há oito meses ela trabalha na Defensoria dos Juizados, sob a supervisão das defensoras públicas Isabella Marques Pastore (coordenadora) e Milena Uiara Gomes Cataldo Cury.

Além da possibilidade de conviver em sociedade e aprender uma profissão, o trabalho é um grande aliado para a autoestima da pessoa presa. Lei de Execução Penal (LEP) permite a diminuição de pena no caso em que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto estude formalmente ou trabalhe. A cada três dias de trabalho realizado, o preso tem direito a menos um dia de pena.

**Montes Claros** – A unidade da DPMG em Montes Claros também conta com o trabalho de detentas em regime semiaberto. A defensora pública Liliana Soares Martins Fonseca, que atua na execução penal na comarca há 12 anos, se empenhou para isso.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE: SOLIDARIEDADE

### Defensoras populares formadas pela DPMG fazem primeira ação social em Montes Claros

A recém-lançada Associação das Defensoras Populares de Montes Claros (ADPMOC) promoveu, no dia 13 de janeiro, a sua primeira ação social solidária. Uma campanha de doação de sangue, em parceria com o Hemominas, reuniu várias doadoras e doadores para reforçar o banco de sangue do município.

A 1ª Grande Ação Social aconteceu no Hemocentro de Montes Claros, paralelamente, a serviços gratuitos de beleza, distribuição de cartilhas de orientações, além de apre-

sentações culturais. A ideia foi que a iniciativa seja realizada todos os anos nesta época, quando os bancos de sangue ficam com estoque reduzido.

A ADPMOC está em fase de registro e tem como associadas as 196 defensoras populares formadas na primeira turma ministrada pela Defensoria Pública de Minas Gerais em Montes Claros, em dezembro do ano passado. A previsão é que conte também com atendimento de psicóloga, assistente social e voluntárias.

### Coletivo Ocupa e Educa faz campanha em apoio a famílias indígenas

O Coletivo Ocupa e Educa distribuiu cestas básicas para 21 famílias indígenas de vários estados e nações que vivem e trabalham em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O movimento, que agrega estudantes, representantes de diversos grupos sociais e a Defensoria Pública de Minas Gerais, em defesa dos direitos das pessoas e de uma educação de qualidade, tem como cofundadora a defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, coordenadora do

projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) “Paz em Ação”.

As cestas foram adquiridas com a verba arrecadada pelo Coletivo em brechó beneficente.

As famílias atendidas foram selecionadas a partir do Movimento Indígena Organizado. Muitas têm sua fonte de renda no artesanato, mas no contexto da pandemia do coronavírus estão impossibilitadas de expor sua arte em feiras e nas ruas.

## Projeto ‘Caminho para o Recomeço’ inicia campanha de arrecadação em Conselheiro Lafaiete

Para ajudar a minimizar a situação das consequências provocadas pela pandemia do novo coronavírus nas pessoas em situação de vulnerabilidade, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) está desenvolvendo o projeto “Caminho para o Recomeço” em Conselheiro Lafaiete. A iniciativa vai auxiliar a subsistência das famílias em situação de vulnerabilidade financeira do município e também das famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário.

Para isso, o projeto está promovendo, entre 11 de maio e 10 de junho, a arrecadação de produtos alimentícios e itens de higiene e limpeza para distribuição entre as famílias necessitadas.

São parceiros da ação o presídio local de Conselheiro Lafaiete, a Apac e o projeto social “Rede Família”, realizado pelo Ministério Público em conjunto com diversas entidades beneficentes do município.

Os beneficiários já estão sendo cadastrados, com o apoio do presídio local de Conselheiro Lafaiete e da Apac, que estão identificando e listando as famílias mais necessitadas dos presos e egressos. Também a “Rede Família” está produzindo um cadastro único de demandantes para a distribuição dos donativos.

[Saiba mais sobre a ação](#)

### EM DESTAQUE

## Justiça acolhe pedidos da Defensoria Pública de de Minas Gerais



### DPMG obtém suspensão da cobrança de taxas municipais de Taiobeiras, Bocaiuva e Brasília de Minas

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deferiu, em maio, decisões favoráveis a pedidos da Defensoria Pública do Estado referente à suspensão da cobrança de taxas municipais para emissão de guias de arrecadação de tributos, previstos nos Códigos Tributários dos Municípios de Taiobeiras, Bocaiuva e Brasília de Minas.

Por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), o então defensor público-geral de Minas Gerais apontou violação ao disposto nos artigos 4º, § 2º, 144, II e § 2º, da Constituição do Estado de Minas Gerais de cada um dos municípios. A Defensoria Pública-Geral contou com a colaboração da Defensoria Pública do estado na comarca de Janaúba, por meio do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração das petições iniciais.

[Taiobeiras](#)  
[Bocaiuva](#)  
[Brasília de Minas](#)

### DPMG aciona a Justiça contra a cobrança de taxas inconstitucionais pelo Município de Heliodora

[Leia matéria na íntegra](#)

### Recurso interposto pela DPMG aponta irregularidades no processo e absolve assistido de condenação por latrocínio

A quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) deu provimento, por unanimidade, no recurso interposto pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), absolvendo o assistido K.A.S, condenado em primeira instância a 38 anos de prisão pela prática do crime de latrocínio tentado e consumado.

[Leia matéria na íntegra](#)

### Liminar confirma proibição de apresentação não autorizada de presos provisórios à imprensa

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) confirmou liminar favorável ao agravo de instrumento, interposto pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, quanto à proibição de apresentação não autorizada da imagem e/ou voz à imprensa de pessoa presa em flagrante ou por medida cautelar, salvo situações excepcionais.

A decisão confirma a liminar concedida em outubro de 2018 pelo relator do agravo, desembargador Alberto Vilas Boas.

[Leia matéria na íntegra](#)

### Defensoria Pública mineira consegue remição de pena para preso que passou em exame de certificação sem frequentar escola

A atuação da Defensoria Pública de Minas tornou possível aplicar o benefício da remição de pena para detento que, sem frequentar a escola por falta de vaga, estudou por conta própria e passou no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). A primeira decisão da Justiça não reconheceu o benefício porque ele não tinha histórico escolar.

O detento, que cumpre 13 anos no Complexo Penitenciário Público-Privado (CPPP) de Ribeirão das Neves, foi beneficiado com remição de pena de 133 dias.

O defensor público responsável pela ação, Guilherme Deckers, concedeu entrevista à reportagem do G1 e explicou que nem todos os presos conseguem vagas para estudar. A DPMG recorreu porque “ele estudou sozinho, passou no exame e não poderia ter o histórico justamente por não ter frequentado a escola”, completou.

[Veja a reportagem do G1, de 13 de março](#)



## NA MÍDIA

### Programa "Desenrola" tira dúvidas de telespectadores sobre direitos

#### Caso da adulteração de cerveja

O defensor público Wilson Hallak Rocha, assessor Institucional da Defensoria Pública-Geral de MG, participou no dia 15/1 do quadro "Desenrola", uma parceria com a Globo Minas, dando orientações ao consumidor no caso envolvendo a intoxicação de pessoas em decorrência da adulteração de lotes de cerveja, ainda em investigação.

[Veja aqui, no Portal G1](#)

#### Direitos de reparação em desastres

O defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho, coordenador do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, participou no dia 22/1 do quadro "Desenrola", e respondeu a perguntas dos telespectadores sobre direitos de reparação de danos morais e materiais em desastres, como o de Brumadinho.

[Confira o vídeo neste link](#)

### Via extrajudicial adotada pela DPMG para demandas de paternidade

A defensora pública Ana Lúcia Gouvea Leite, em atuação em Juiz de Fora, concedeu entrevista à TV Integração, no dia 4 de fevereiro, para falar sobre a oferta, agora contínua, de exames de DNA para comprovação de paternidade.

Além do mutirão de reconhecimento de paternidade "Direito a Ter Pai", realizado anualmente pela Defensoria Pública de Minas Gerais, a Instituição firmou parceria com um laboratório especializado para realização de exames de DNA de forma contínua em Belo Horizonte e nas co-

marcas em que a Instituição está instalada.

Durante a entrevista, Ana Lúcia Gouvea explica o que é necessário para fazer o cadastramento para solicitar o exame. A defensora pública destaca que a nova forma adotada pela Defensoria Pública mineira "proporciona diariamente a busca da solução da comprovação da paternidade, sem demanda judicial, de forma bem mais rápida e sem onerar a Justiça com mais processos".

[Clique aqui para ver a entrevista](#)

### Quadro em programa virtual para falar sobre direitos das pessoas com deficiência

O defensor público Luís Renato Braga Areas Pinheiro, em atuação na Defensoria Pública de Minas Gerais em Betim, fará uma participação quinzenal no programa "Canal Mundo Autista", transmitido pelo Youtube. O canal, apresentado pelo jornalista Victor Mendonça, é voltado para discussão de temas de interesse do universo autista.

Em sua primeira presença, que foi ao ar no dia 25/5, Luís Renato Areas falou sobre a expectativa de sua participação. "Como militante na área do direito da pessoa com

deficiência, essa colaboração possibilitará o esclarecimento de dúvidas sobre diversas questões jurídicas, numa construção coletiva de troca de experiências entre toda a rede de apoio", disse o defensor em sua participação.

A segunda participação do defensor público vai ao ar no dia 8 de junho, quando abordará "Os direitos da pessoa com deficiência".

Para assistir, acesse o canal pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=6l3o5d9nxx8&feature=youtu.be>

### Coordenadora regional faz visitas técnicas às unidades de Nanuque e Novo Cruzeiro

A coordenadora da Regional Mucuri da Defensoria Pública de Minas Gerais, em Teófilo Otoni, defensora pública Lígia Olímpio de Oliveira, realizou visitas técnicas às unidades de Nanuque e Novo Cruzeiro.

No dia 11 de fevereiro, ela esteve reunida com o coordenador local de Nanuque, defensor público Wesley Cardoso dos Santos, e toda a sua equipe.

No dia seguinte, o encontro foi com o coordenador local de Novo Cruzeiro, defensor público Rafael Vitorazze Azola, servidores e o juiz da comarca.

O objetivo foi conhecer a estrutura das sedes, ouvir e contribuir para o cumprimento das demandas locais.



Lígia de Oliveira e Wesley Cardoso dos Santos



A subcoordenadora local de Teófilo Otoni, defensora pública Andressa Vidal Matias, Lígia de Oliveira e Rafael Azola

## AGENDA



Assessor de Planejamento e Infraestrutura Rafael Lins (2ª posição, à esquerda) | Foto: Robert Leal / TJMG

### Defensoria Pública prestigia posse de novos magistrados mineiros

O assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensor público Rafael de Freitas Cunha Lins, representou o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, na solenidade de posse de 27 juízes de Direito substitutos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A cerimônia aconteceu no dia 31/1, na sede do Tribunal.

Esta é a segunda leva de aprovados no último concurso para o cargo. Setenta candidatos da turma anterior já estão atuando nas comarcas mineiras desde meados de dezembro.

### Lançamento do Programa de Integridade do Tribunal de Justiça de MG



Assessora de Planejamento e Infraestrutura, Giza Magalhães Gaudereto (4ª posição, à esquerda), compõe a mesa

A assessora de Planejamento e Infraestrutura, Giza Magalhães Gaudereto, representou o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, na cerimônia de lançamento do Programa de Integridade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no dia 10/2.

Voltado exclusivamente ao combate à prática de corrupção e fraudes, o programa consiste em um conjunto de ferramentas, políticas e ações que têm o objetivo de manter a Instituição em conformidade com as leis e com a ética. O TJMG é a primeira Corte estadual do País a lançar uma iniciativa dessa natureza.

Durante a cerimônia, foram assinadas as portarias que instituem os mecanismos do Programa de Integridade: o Código de Conduta, a Política de Gestão de Riscos, o Manual de Gestão de Riscos, a Política de Integridade das Contratações, a Política de Integridade para Ingresso de Servidores e o Manual do Processo Administrativo de Responsabilização.

### Defensoria Pública participa de posse de desembargadoras

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo assessor institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensor público Wilson Hallak Rocha, na sessão solene de posse de duas novas desembargadoras do Judiciário mineiro. O evento aconteceu no dia 19/2, na presença dos magistrados que compõem o Tribunal Pleno.

Tomaram posse, na sessão presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias de Moraes, a promotora de Justiça Paula Cunha e Silva, que passou a integrar a 6ª Câmara Criminal, e a procuradora de Justiça Maria Inês Rodrigues de Souza, para compor a 2ª Câmara Cível.

As duas novas desembargadoras integraram duas listas

tríplices formadas em votação pelo Tribunal Pleno, tendo sido nomeadas pelo governador de Minas para as vagas do quinto constitucional destinadas ao Ministério Público.

Durante a solenidade, as empossadas foram condecoradas com o Colar do Mérito do Judiciário, honraria criada em 1983 e conferida a todos os desembargadores no momento de sua posse.

A cerimônia contou com a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do coordenador regional da área Criminal da Capital da DPMG, defensor público Fernando Luis Camargos Araujo, de diversas autoridades dos três Poderes, de ex-presidentes do TJMG e de advogados, servidores da Justiça, além de familiares e amigos das empossadas.

*continua >>*

## AGENDA



A sessão solene de posse de duas novas desembargadoras do Judiciário mineiro. aconteceu no auditório do Tribunal Pleno

Com informações do TJMG

## Abertura do curso do TCEMG voltado para orientação de prestações de contas das APACs

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi representada pela chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, na abertura do evento “Gestão das Parcerias para o Terceiro Setor: Novas Perspectivas para as APACs”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). A abertura aconteceu no dia 12/3, na sede do Tribunal.

O curso tem o objetivo de orientar as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) sobre as prestações de contas ao TCEMG.

Ao abrir o encontro, o ouvidor do TCE, conselheiro Durval Ângelo, destacou o caráter pedagógico que o Tribunal vem adotando ao promover um curso como este. Ele afirmou ser “importante que se estabeleça um contato permanente entre o Tribunal de Contas e as APACs para que se possa auxiliar nas prestações de contas dessas organizações”.

O evento contou também com a participação da defensora

pública Gláucia Souza Freitas, em atuação na Vara de Execuções Penais (VEP) da Capital.

**Lançamento de livro** – Ao final dos trabalhos do primeiro dia do evento, aconteceu o lançamento do livro “O preso poderá condená-lo”, de autoria do diretor-geral da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), Valdeci Antônio Ferreira. A defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga, que também atua na VEP e é conselheira da FBAC, prestigiou o lançamento da obra.

**FBAC** – A Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados é uma associação sem fins lucrativos que tem a missão de congregar a manter a unidade de propósitos das suas filiadas e assessorar as APACs.

Com informações do TCEMG



Chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes (3ª posição, à direita), compõe a mesa de honra



Defensora pública Ana Paula Starling, que também atua na VEP e é conselheira da FBAC, acompanhada pelo diretor-geral da FBAC, Valdeci Antônio Ferreira



## AGENDA

### Tribunal de Justiça de Minas Gerais entrega verbas pecuniárias a projetos sociais

A defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga, que atua na Defensoria de Execuções Penais da Capital, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na reunião em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) fez o repasse de verbas pecuniárias – recursos obtidos com a aplicação de penas alternativas – a representantes de entidades selecionadas por meio de sistema de seleção, seguindo orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O encontro aconteceu no dia 13/3, no Fórum de Belo Horizonte, com a presença do juiz Marcelo Lucas Pereira, que responde pela Vara de Execuções Penais da Capital, e do juiz Milton Lívio Lemos Salles, da 4ª Vara Criminal, entre outras autoridades e personalidades.

Os projetos contemplados vão ajudar a combater ações de organizações criminosas, ressocializar, educar e profissionalizar apenados, além de prevenir a degradação social.

Para o juiz Marcelo Lucas Pereira, que abriu o evento, destinar as verbas pecuniárias a projetos sociais vai muito além de praticar filantropia, razão pela qual o sistema de distribuição baseia-se atualmente em critérios técnicos e profissionais.

O magistrado agradeceu a Defensoria Pública de Minas



A defensora pública Ana Paula Starling (na mesa, 2ª posição, à esquerda) representou a DPMG

Gerais e o Ministério Público Estadual pela contribuição ao processo de seleção das entidades, que já se tornou referência no país.

O juiz Milton Lívio Lemos Salles comentou a importância de bem distribuir estes recursos, razão pela qual, em Belo Horizonte, tem sido consenso entre os juízes criminais destinar as condenações pecuniárias à Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte.

Entre as diversas organizações contempladas estão entidades de apoio ao cidadão e de repressão ao crime.

### Transmissão de cargo no 6º Batalhão da PM, em Governador Valadares

O defensor público Alexandre Martins da Costa Nascimento, em atuação na comarca de Governador Valadares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na solenidade de transmissão e assunção do 6º Batalhão de Polícia Militar, do tenente coronel Fausto Machado de Oliveira para o tenente coronel Marlúcio Fernandes de Souza.

A transmissão do cargo ocorreu no dia 9/1, no auditório da 8ª Risp, em Governador Valadares.



O defensor público Alexandre Nascimento e o tenente coronel Marlúcio Fernandes de Souza

### Inauguração de mais uma vara criminal em Santa Luzia

A defensora pública Camila Cortes Rezende Silveira Dantas participou, no dia 3 de fevereiro, da inauguração da 3ª Vara Criminal e Infância e Juventude da comarca de Santa Luzia.

A criação de mais uma vara criminal visa desafogar

as demais, sobrecarregadas com a grande quantidade de processos. Desta forma, a competência criminal foi dividida em: infância e juventude, execução criminal e violência doméstica.



(esquerda) Promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda; juíza Aldina de Carvalho Soares; desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant; juíza Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti; vereador Ivo Melo; defensora pública Camila Cortes Rezende Silveira Dantas; e o presidente da Subseção da OAB de Santa Luzia, Francisco Gabrich

## AGENDA

### Inauguração da Delegacia de Atendimento à Mulher em Passos

O defensor público Carlos Alberto Thomazelli Penha, coordenador da Regional Sudoeste da Defensoria Pública de Minas Gerais, representou a Instituição na solenidade de inauguração da Delegacia da Mulher em Passos. A cerimônia aconteceu no dia 6 de fevereiro.

A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) funcionará no mesmo prédio do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cramp), onde será oferecido atendimento multidisciplinar especializado, como assistência social, assistência jurídica e psicológica.

O espaço conta também com uma brinquedoteca e oficinas para elevar a autoestima da mulher vítima de violência doméstica.



Coordenador Regional da DPMG em Passos, Carlos Alberto Thomazelli Penha; juiz de Direito Ademir Bernardes de Araújo Filho; delegado Regional de Passos, Marcos Pimenta; delegada titular da Delegacia da Mulher, Mariana Fioravante Romulado; prefeito municipal Carlos Renato Lima Reis; e promotor de Justiça Antônio José de Oliveira

### DPMG prestigia a entrega do Centro Municipal de Cultura em Uberlândia

O coordenador regional do Triângulo II, defensor público Evaldo Gonçalves da Cunha, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na cerimônia de entrega do Centro Municipal de Cultura.

A solenidade aconteceu no dia 14/2, com a presença do prefeito Odélmo Leão, do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias de Moraes, da 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Mariângela Meyer, da diretora do foro de Uberlândia, juíza Maria

Elisa Taglialegna, e outras autoridades.

Durante 40 anos o espaço funcionou como o Fórum da comarca. Com a cessão gratuita por parte do Tribunal de Justiça, a área de quatro mil metros quadrados se torna o Centro Municipal de Cultura, reunindo a parte administrativa da Secretaria Municipal de Cultura, a Biblioteca Municipal, a Banda Municipal e outros setores de fomento e distribuição da arte e cultura local.

Com informações da prefeitura de Uberlândia



Foto: Cleiton Borges/ Secom/PMU

Defensor público Evaldo Gonçalves da Cunha (2ª posição, à direita)

### Cerimônia de anúncio do novo fórum de Francisco Sá

Defensora pública Angélica Sales, acompanhada pelo presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, e o diretor do Foro da comarca de Francisco Sá, juiz Lauro Vinicius Nobre de Abrante



O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi representado pela defensora pública Angélica Sales Rocha Coutinho (coordenadora local da Defensoria Pública de Minas Gerais) na solenidade de anúncio do novo fórum de Francisco Sá, ocorrida no dia 17 de fevereiro.

A previsão é que as novas instalações estejam prontas até o final do próximo ano.

A cerimônia contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias de Moraes, entre outras autoridades.

Com informações do TJMG

## HOMENAGENS

### Defensora pública é agraciada com a Medalha Hélio Costa em Pitangui

A defensora pública Patrícia Mesquita Amaral, em atuação na comarca de Pitangui, foi agraciada com a Medalha Desembargador Hélio Costa. A cerimônia de outorga aconteceu no dia 14/2, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Ministro Francisco Campos.

Concedida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a honraria destina-se a agraciar aqueles que venham prestando ou tenham prestado relevantes serviços ao Poder Judiciário local.



*Patrícia recebeu a comenda das mãos do juiz da segunda vara de Pitangui, Paulo Eduardo Neves*



BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)



Siga-nos no  
**Facebook** e  
**Instagram.**



@defensoriamineira





## COMUNICADOS INTERNOS

### DEFENSORIA-GERAL INFORMA

#### **Resolução dispõe sobre movimentação na carreira de defensora e defensor público**

Encontra-se disponível na intranet a Resolução nº 100/2020, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais do dia 13/3/2020, e que dispõe sobre a movimentação para Classes da Carreira de Defensora e Defensor Público do Estado de Minas Gerais, de que trata a Resolução nº 346/2019.

[Resolução nº 100/2020](#)

[Deliberação 120](#)

[Deliberação 122](#)

#### **Nota sobre a crise em decorrência da pandemia**

A Defensora Pública-Geral em exercício informa à classe que esteve, pessoal e presencialmente, reunida na tarde de hoje (21/05/2020), às 16h, com Sua Excelência o Governador do Estado.

Na oportunidade, foi abordada a grave crise pela qual passam os Estados da Federação, em especial Minas Gerais, cuja situação foi agravada em decorrência da pandemia COVID-19, bem como os esforços que estão sendo efetivados para superação das dificuldades financeiras e de saúde pública.

A DPMG e o Poder Executivo firmaram compromisso de manter o diálogo constante, como já vinha acontecendo, inclusive com os demais Poderes e Instituições Autônomas, de modo a encontrar conjuntamente alternativas viáveis para superação das atuais dificuldades.

A Defensoria Pública-Geral reitera o compromisso de transparência com a classe, salientando que qualquer alteração na situação financeira e orçamentária da DPMG será prontamente informada, o que já está superado neste mês de maio, haja vista a confirmação dos repasses relativos ao duodécimo vigente.

*Fonte: Defensoria Pública-Geral (21/05/2020)*

#### **Resolução dispõe sobre férias compulsórias de servidores e prestadores de serviço terceirizado da DPMG**

Encontra-se disponível na intranet a Resolução nº 167/2020, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais do dia 26/5/2020, que dispõe sobre as férias compulsórias dos servidores e prestadores de serviço terceirizado nas Unidades da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Conforme a resolução, o servidor ou prestador de serviço terceirizado, pertencente ou não ao grupo de risco de que trata a Resolução Conjunta DPG CGDPMG nº 04/2020, que não estiver realizando seu trabalho de forma remota, será colocado em gozo de férias ou crédito a partir de 01/6/2020, pelo prazo de dez dias úteis em se tratando de servidor ou 20 dias corridos, em se tratando de prestador terceirizado, prorrogáveis.

[Mais informações da Resolução nº 167/2020](#)

#### **Peticionamento e movimentação processual do TJMG**

Desde o início de abril, encontram-se disponíveis no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) informações relativas ao peticionamento e movimentação processual.

[Veja aqui para mais informações](#)

#### **Projeto "Fala Defensoria" fornece celular corporativo a todas as defensoras e defensores públicos**

O projeto "Fala Defensoria", regulamentado pela Deliberação 075/2019, foi incorporado ao PGA 2019/2020 (Plano de Ação n.º 03), integrando o rol de ações estratégicas da Instituição (Projeto Estratégico n.º 08), sendo um dos projetos de grande êxito em sua execução.

O projeto consiste na utilização da plataforma eletrônica de comunicação instantânea (WhatsApp Business) com o objetivo de modernizar e dar celeridade à comunicação com os assistidos, bem como reduzir gastos com os serviços de correios.

Para viabilizar o projeto, em 26/11/2019 foi realizada consulta a todos os defensores públicos, por e-mail, para manifestar sobre o interesse em receber o aparelho telefônico institucional, com prazo para resposta até 10/12/19, a fim de dimensionar e planejar o envio do dispositivo solicitado. Como resultado, 207 defensores públicos aderiram ao projeto, sendo que todos os respectivos celulares foram encaminhados para distribuição, no mês de março deste ano.

Em função da pandemia do covid-19, com a publicação das resoluções 106, 109 e 120/2020 e das resoluções conjunta 01 e 02 de 2020 – que priorizam as atividades na forma de teletrabalho – foram solicitados novos aparelhos celulares por vários defensores; os pedidos foram atendidos nos limites da reserva de aparelhos até então disponíveis.

Atualmente, para atender a crescente demanda, está sendo finalizada a aquisição de novos celulares em número suficiente para todos os defensores, que serão configurados e distribuídos para uso imediato, com toda a celeridade possível, obedecendo-se o processo de aquisição e distribuição, dentro dos limites legais e prazos contratuais.

*Fonte: Ascom/DPMG (16/04/2020)*

**Distribuição de novos celulares** – Para atender a crescente demanda, foi finalizada a aquisição de novos celulares em número suficiente para todos os Defensores, que serão configurados e distribuídos para uso imediato, a partir de hoje.

Assim, comunicamos aos Defensores Públicos que fizeram a solicitação e ainda não receberam os aparelhos que aguardem a distribuição dos respectivos celulares, iniciada na presente data. Aqueles Defensores Públicos que ainda não solicitaram e tenham interesse, poderão enviar e-mail para o gabinete@defensoria.mg.def.br

*Fonte: Ascom/DPMG (22/05/2020)*

## COMUNICADOS INTERNOS

### DPMG e SES firmam parceria para acesso a informações do sistema SUSFácilMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProc), firmou parceria com a Subsecretaria de Regulação da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde (SES), para possibilitar o acesso dos defensores públicos às informações do sistema SUSFácilMG. A parceria possibilitará consultas junto às Centrais de Regulação da SES/MG acerca de informações de internação/transfêrencia e andamento da busca de leito.

A CooProc já informou os e-mails dos defensores públicos que têm atribuição na área de saúde às Centrais Reguladoras do Estado. Os defensores que não foram cadastrados devem encaminhar email à Cooproc – projetos@defensoria.mg.def.br – para o cadastramento junto à Central Reguladora de sua região.

As orientações necessárias para o acesso ao SUSFácilMG estão disponíveis no Memorando Circular nº 001/2020-CooProc e em seu anexo, disponíveis abaixo.

[Leia aqui o memorando Circular nº 001/2020-CooProc](#)  
[Clique aqui para ver o anexo 1](#)

### Convênio: acesso de defensores a certidões digitais

A Defensoria Pública de Minas Gerais firmou convênio com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil) para possibilitar o acesso dos defensores públicos às certidões digitais.

As certidões serão expedidas pela Central de Informações de Registro Civil, mediante acesso direto do defensor ao Portal de Serviços Eletrônicos Compartilhados – Sistema Informatizado da CRC Nacional.

Para ter acesso ao sistema, o defensor deverá realizar os procedimentos que constam no Memorando Circular nº 003/2019-CooProc.

[Clique aqui](#)

Fonte: Ascom/DPMG (11/2/2020)

### Nova versão do PJe Cível e implantação na 2ª Vara Criminal da Capital

A Assessoria de Planejamento e Infraestrutura informou que no 31/05/2020 seria implantada em produção nova versão do PJe Cível (2.2.3). E no dia 01/06/2020, o PJe Criminal seria implantado somente na 2ª Vara Criminal da Capital – Ação Penal (Procedimento Ordinário).

### Serviço de vigilância e segurança armada chega a mais 19 unidades

Desde o dia 3 de fevereiro, o serviço de vigilância e segurança armada, em execução nos três prédios da Instituição em Belo Horizonte, foi estendido a 19 unidades do interior

e região metropolitana. Nesse primeiro momento foram contempladas as seguintes unidades: Barbacena, Betim, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Ituiutaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Fruto de esforço orçamentário desta gestão e demanda antiga da classe, esta foi mais uma conquista da efetivação do planejamento estratégico, notadamente do plano de atendimento às necessidades de recursos humanos e de infraestrutura da Defensoria Pública nas Comarcas.

A Defensoria-Geral informou que o trabalho continuará para a ampliação do serviço de vigilância e segurança armada de todas as unidades do Estado.

## CORREGEDORIA-GERAL

### Instrução faz recomendações a defensores da Execução Penal

Por meio da Instrução nº 002/2020/CGDPMG, o corregedor-geral da Defensoria Pública faz recomendações às defensoras e defensores públicos com atuação na execução penal.

[Clique aqui para ler](#)

Fonte: Corregedoria-Geral (19/05/2020)

### Relatório de Gestão Biênio 2018-2020

A gestão 2018-2020 da Corregedoria-Geral da DPMG divulga o relatório das atividades realizadas durante o biênio.

Entre os números registrados estão a realização de 21 inspeções e correições ordinárias e extraordinárias; emissão de nove instruções normativas e sete orientações funcionais; publicação de cinco resoluções, entre elas, duas conjuntas; expedição de 235 pareceres institucionais e 306 pareceres disciplinares, que resultaram em 13 procedimentos administrativos disciplinares; além de instauração de 466 procedimentos administrativos internos.

[Clique aqui para ver a íntegra do relatório.](#)

Fonte: Ascom/DPMG (30/4/2020)

## ESDEP MG INFORMA

### Chamada para envio de artigos para a Revista da DPRS

Está aberta chamada para envio de artigos científicos e peças de interesse jurídico para a Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. “Pacote Anticrime – o que mudou?” é a temática para a seleção dos textos que vão integrar a Revista da Defensoria Pública, ano XI, Edição Especial, nº 26.

O prazo para inscrições vai até o dia 12/07/2020.

*continua >>*

## COMUNICADOS INTERNOS

Poderão participar do periódico: pessoas externas à instituição, defensores públicos, servidores e estagiários. Os textos de autores ainda não graduados somente serão aceitos quando em coautoria com profissionais graduados em qualquer área de estudo, membros da Defensoria ou não.

[Clique aqui para ler o edital](#)

### Relatório CEJA traz visão da justiça na América Latina em relação ao coronavírus

O Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA) disponibiliza relatório que fornece uma visão geral da justiça na América Latina em relação ao Covid-19, as medidas gerais adotadas pelos poderes judiciais e o uso de tecnologias em processos judiciais.

*Fonte: Ascom/DPMG (20/5/2020)*

## SRLI/DPA INFORMA

### Atualização do modelo de requisição de materiais de consumo

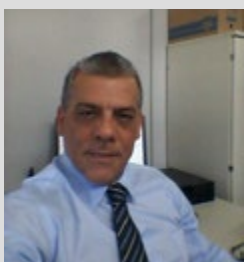
A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado (DPA) informou, dia 28/5, que o modelo de requisição de Materiais de Consumo foi atualizado e encontra-se disponível na aba "Dir. Patrimônio e Almoxarifado", no menu à direita.

A DPA informa ainda que só serão aceitos pedidos por meio do novo modelo de requisição e que o mesmo será atualizado mensalmente, tendo em vista a inclusão de novos materiais e, a retirada de outros por indisponibilidade no estoque.

*Fonte: Ascom/DPMG (28/5/2020)*

## NOTA DE PESAR

### Defensor público José Flávio Barreto Gonçalves Filho



Com profundo pesar que a Defensoria Pública de Minas Gerais comunicou o falecimento do defensor público José Flávio Barreto Gonçalves Filho, ocorrido em Montes Claros no dia 26 de maio. José Flávio era natural do Rio de Janeiro e tinha 63 anos. O sepultamento aconteceu no Rio de Janeiro.

José Flávio Barreto Gonçalves Filho foi um profissional honrado, respeitado por colegas da DPMG e das demais instituições do Sistema de Justiça. Dedicou com brilho o seu trabalho à proteção dos mais vulneráveis, deixando um inestimável legado à nossa Instituição.

Com seu jeito alegre e sempre muito positivo, José Flávio amava o ofício de defensor público e, embora já pudesse ter se aposentado, fazia questão de prosseguir ajudando os seus assistidos e familiares. Deixa saudades como ser humano e defensor público.

No dia 27 de maio, a Defensoria Pública-Geral publicou a Resolução 168/2020, assinada pela defensora pública-geral em exercício, Marina Lage Pessoa da Costa, estabelecendo o luto oficial por três dias na Instituição.

Aos familiares e amigos, o nosso carinho e solidariedade.

### Outros falecimentos

A DPMG manifestou também seu profundo pesar pelos seguintes falecimentos no período:

- dia 9/01, de José Isaías Vianna Pinto, irmão da defensora pública Maria Auxiliadora Viana Pinto, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH);
- dia 5/2, defensor público aposentado Luiz de Souza Damasceno, em Belo Horizonte;
- dia 9/2, da sra. Luiza Gonçalves Terra, mãe do servidor aposentado Sebastião Gilberto Terra;
- dia 26/2, do sr. Nilson de Souza, pai da funcionária da Escola Superior (Esdep), Katia Aparecida Soares de Souza Maia;
- dia 19/3, da sra. Michele Campos Vieira, esposa do defensor público André Luiz Campos Vieira, em atuação na comarca de Muriaé;
- dia 28/03, Ana Paula Bueno Flores, filha do servidor Aluísio Antônio Flores, em atuação na Defensoria Pública em Uberaba;
- dia 1º de abril, do sr. Almir Duarte Martins, pai da defensora pública Renata da Cunha Martins, em atuação na comarca de São João Nepomuceno;
- dia 2/4, trabalhador mirim da Coordenação de Família da Capita, Ronald de Souza Guilherme;
- dia 16/5, Carlos Antonio da Silva, pai da funcionária da Escola Superior, Kelly Adriana Silva.